

CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Netto, José Paulo, 1947-

Capitalismo monopolista e serviço social / José Paulo Netto – 8. ed. –
São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-0394-6

1. Serviço social 2. Serviço social – Aspectos políticos 3. Serviço
social como profissão 4. Serviço social – Filosofia I. Título.

92-1205

CDD-361.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social 361.3

José Paulo Netto

CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL

8ª edição

12ª reimpressão

 **CORTEZ**
EDITORA

CAPITALISMO MONOPOLISTA E SERVIÇO SOCIAL

José Paulo Netto

Capa: Carlos Clémen

Revisão: Eloísa da Silva Aragão

Composição: Linea Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

© 1992 by José Paulo Netto

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil — fevereiro de 2024

À
Balkys,
por Américas e setembros.

Sumário

<i>Nótula do autor à terceira edição</i>	9
<i>Apresentação</i>	13
CAPÍTULO 1 – As condições histórico-sociais da emergência do Serviço Social	
1.1. Estado e “questão social” no capitalismo dos monopólios	19
1.2. Problemas sociais: entre o “público” e o “privado”	34
1.3. Os projetos decisivos dos protagonistas histórico-sociais	52
1.4. A emergência do Serviço Social como profissão	69
CAPÍTULO 2 – A estrutura sincrética do Serviço Social	
2.1. Serviço Social: fundamentos “científicos” e estatuto profissional	86
2.2. Serviço Social e sincretismo	91
2.3. O sincretismo e a prática indiferenciada	98
2.4. Serviço Social como sincretismo ideológico	108
2.5. Serviço Social como sincretismo “científico”	132
<i>Apêndice à terceira edição: cinco notas a propósito da “questão social”</i>	151
<i>Bibliografia</i>	163

Nótula do autor à terceira edição

Este livro foi originalmente publicado há quase dez anos — e uma nova edição requer alguns comentários breves.

Em primeiro lugar, devo dizer que todo livro está inscrito em uma história, que em boa medida determina seus eventuais méritos e seus efetivos limites. E não creio que ao autor cabe o direito de alterar uns e outros, mediante revisões extemporâneas àquela história. Cabe-lhe, no máximo, o dever de explicitar a sua própria avaliação acerca de seu trabalho, sem a pretensão de substituir o juízo do leitor; e, ao fazê-lo, cumpra-lhe indicar — e tão somente indicar — as questões mais significativas frente às quais o seu texto parece-lhe exigir cuidados de reelaboração.

Relido à distância de dez anos, *Capitalismo monopolista e Serviço Social* mostra-se erguido sobre duas teses fundamentais. Primeira: esta profissão só é histórica e socialmente compreensível no marco da sociedade burguesa à altura do capitalismo monopolista. Segunda: o seu *corpus* ideal, estruturado sincreticamente, configura um *saber de segundo grau*.

Consideradas as críticas de que o texto foi objeto, e considerado especialmente o movimento das idéias no Serviço Social brasileiro da última década, atrevo-me a pensar que essas duas teses permanecem *sustentáveis* e *atuais*. No caso da primeira, estou convencido de que a sua fundamentação requer mais afinamento, mais elaboração etc. — *mas eu a manteria basicamente nos termos em que foi formulada*. Quanto à segunda, *julgo que sua formulação está a exigir desenvolvimentos mais claros e sólidos*.

Contudo, é em relação à primeira das teses constitutivas de *Capitalismo monopolista e Serviço Social* que os quase dez anos decorridos entre a primeira edição e esta trouxeram mais questões pertinentes à reflexão explorada neste livro, particularmente nas páginas do seu Capítulo 1. Com efeito, tanto as transformações societárias dessa década (que sumariei num artigo de 1996¹) como a elaboração de companheiros sobre temas conexos² e, ainda, a própria expressão da categoria profissional, através de canais e fóruns específicos³ — tudo isso configurou uma agenda profissional que pôs, e/ou repôs, problemas diretamente relacionados à discussão própria do Capítulo 1 deste livro. Refiro-me, claramente, ao debate acerca das *políticas e direitos sociais*, do papel das *classes sociais e do Estado* em ambos e da natureza da “*questão social*”. Está claro que a agenda profissional contemporânea compreende muito mais que estes três pólos problemáticos — mas são eles os que, desta agenda, tocam os eixos desenvolvidos explicitamente em *Capitalismo monopolista e Serviço Social*.

Na minha avaliação, o Capítulo 1 deste livro demandaria hoje uma redação alternativa para dar conta da riqueza desse tríplice debate — redação que resultaria num *outro* texto, mas sem qualquer alteração no que toca aos suportes teórico-analíticos a que recorri há dez anos⁴. Como está fora de questão tal reescrita, limito-me a indicar esses três pontos,

1. Cf. J. P. Netto, “Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XVII, nº 50, abril de 1996.

2. Impossível resumir aqui essa elaboração, seja de companheiros já reconhecidos pela sua contribuição (entre estes, certamente omitindo nomes importantes, caberia lembrar Aldaíza Sposati, Ana Elizabeth Mota, Maria Carmelita Yazbek, Marilda Iamamoto, Potyara Pereira e Vicente Faleiros), seja de companheiros cuja intervenção tornou-se mais visível nesses anos (aqui, seguramente também incorrendo em omissões sérias, não se pode deixar de nomear Carlos Montañó, Elaine Behring, Franci G. Cardoso, Ivete Simionato, Mariangela Belfiore-Wanderley, Maria Ozanira Silva e Silva, Maria Teresa G. Meneses e Raquel Raichelis).

3. Penso especialmente nas atividades da ABESS (hoje ABEPSS) e do sistema CFESS/CRESS e nos vários Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais da década de noventa, bem como em outros seminários e encontros promovidos por aquelas agências.

4. O apêndice que foi anexado a esta edição, “Cinco notas a propósito da *questão social*”, indica, de algum modo, como esta redação haveria de manter a perspectiva teórico-analítica que sustenta todo o texto de *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. Cabe notar que o apêndice constitui o esquema da intervenção oral que fiz no *VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* (VII ENPESS), promovido pela ABEPSS em novembro de 2000 na *Universidade de Brasília* (DF). Juntamente com contribuições de outros companheiros, ele foi originalmente publicado em *Temporalis*. Brasília, ABEPSS, ano 2, nº 3, jan.-jul. de 2001.

nos quais mais se evidenciam, a meu juízo, a necessidade de ampliar a escritura original.

Um último comentário pertinente diz respeito, precisamente, àqueles suportes teórico-analíticos. A década de noventa do século passado, em todo o mundo, adensou as tendências mais capitulacionistas e funcionais à ofensiva política e ideológica do grande capital, dirigida contra as conquistas democráticas e sociais alcançadas anteriormente e, obviamente, contra as idéias que sustentaram tais conquistas. E os suportes teórico-analíticos deste livro estão no coração mesmo dessas idéias. Eles — enquanto elementos constitutivos da tradição marxista — passaram a ser desqualificados como expressão de *paradigmas esgotados*, a serem substituídos pelos artefatos da *cultura pós-moderna*.

Não há dúvidas de que esta vaga neoconservadora chegou fortemente ao nosso Serviço Social. Entretanto, pelo acúmulo das elaborações profissionais do que noutra lugar denominei de *intenção de ruptura*, e sobretudo pela majoritária posição sócio-ocupacional dos assistentes sociais, o neoconservadorismo pós-moderno foi menos ponderável nessa área do que em outros campos das ciências sociais. Nem por isso, todavia, há que desconsiderar os efeitos que produziu e vem produzindo — dos quais o mais óbvio é a desqualificação das abordagens totalizantes, postas, sabe-se, como *metanarrativas*.

Não é preciso dizer que a ortodoxia teórico-analítica de *Capitalismo monopolista e Serviço Social* é antagônica a tal neoconservadorismo. E também não é preciso dizer que esta reedição, para o autor, significa que o combate ao neoconservadorismo, mais que um dever teórico-político, é uma exitosa possibilidade posta pela realidade de uma profissão que, como poucas, vem resistindo à generalizada capitulação ao *pensamento único*.

Recreio dos Bandeirantes, agosto de 2001.

Apresentação

O texto que agora se divulga formava, originalmente, a primeira parte da minha dissertação de doutoramento, elaborada — sob a orientação do Professor Octavio Ianni — no marco do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Na estrutura geral da dissertação, esta primeira parte* tinha por objetivo fornecer um quadro da constituição do Serviço Social tal como a profissão se articulou “tradicionalmente” — ou seja, *até os anos sessenta*. Tratava-se de esboçar o tecido histórico-social e econômico no interior do qual se plasmou o Serviço Social e, ao mesmo tempo, de identificar os substratos ídeo-culturais que se prestaram à sua conformação, procurando reconstruir aquela configuração teórico-prática que, a partir de meados da década de sessenta, seria redefinida em todas as latitudes por um amplo movimento de contestação e renovação.

Com efeito, na parte que ora se publica, o objeto da análise é a emersão do Serviço Social como profissão no âmbito da ordem burguesa na idade do monopólio e o desvendamento do seu sincretismo teórico e ideológico. Assim, este trabalho pretende, polêmica e simultaneamente, oferecer *uma contribuição ao estudo da gênese histórica*

* A segunda parte, que tematiza o processo de transformações sofridas pelo Serviço Social entre os anos sessenta e oitenta, no Brasil, foi publicada sob o título *Ditadura e Serviço Social — uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (São Paulo, Cortez, 1991).

do Serviço Social (Capítulo 1) e *um aporte à sua compreensão como sistema sincrético* (Capítulo 2), das suas origens aos anos sessenta.

Devo agradecer as sugestões que recebi, quando da defesa da dissertação, da banca examinadora (formada, além do meu orientador, pelos professores Carlos Nelson Coutinho, Celso Frederico, Nobuco Kameyama e Úrsula Karsch), bem como a leitura atenta com que me obsequiaram Myriam Veras Baptista e Maria do Carmo Falcão. Muito especialmente, benefiquei-me da crítica rigorosa (a que nem sempre atendi) de Marilda Villela Yamamoto, companheira de ofício e de viagem.

Para esta edição em livro, submeti os originais a algumas modificações, nenhuma das quais afeta nuclearmente as idéias expressas na primitiva dissertação — que, como o leitor seguramente perceberá, foi construída à luz da teoria social de Marx*.

José Paulo Netto

São Paulo, verão de 1992.

* Quando redigi o texto que se segue, a cruzada antimarxista não apresentava a magnitude que hoje revela. Ao leitor que se interessar pelos parâmetros que sustentam a minha — já velha de quase trinta anos — opção teórico-metodológica, remeto ao ensaio “Crise do socialismo, teoria marxiana e alternativa comunista” (*Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, Cortez, 1991, nº 37).

Capítulo 1

*As condições histórico-sociais
da emergência do Serviço Social*

de uma perspectiva crítica e analítica, a emergência do Serviço Social como profissão — e a sua vinculação com a chamada “questão social” —, a sua institucionalização, socialmente legitimada e legalmente sancionada —, a sua vinculação com a chamada “questão social”¹. Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional, não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as seqüelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX².

Está solidamente estabelecida, na bibliografia que de alguma forma estuda o surgimento do Serviço Social como profissão — vale dizer, como prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada —, a sua vinculação com a chamada “questão social”¹. Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional, não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as seqüelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX².

Parece claro que esta indicação é absolutamente indispensável para mapear a contextualidade histórico-social que torna possível a emergência do Serviço Social como profissão, efetivamente demarcado, pelo

1. “Por ‘questão social’, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho” (Cerqueira Filho, 1982: 21). Ou, nas palavras de um profissional do Serviço Social: “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (Iamamoto, in Iamamoto e Carvalho, 1983: 77).

2. Cf. por exemplo, os capítulos I e II da primeira parte do ensaio de Vieira (1977).

estatuto sócio-ocupacional de que se investe, das condutas filantrópicas e assistencialistas que convencionalmente se consideram as suas “protoformas”. Entretanto, se a esta indicação não se seguirem determinações mais precisas, é inevitável o risco de se diluir a *particularidade* que reveste a emersão profissional do Serviço Social numa interação lassa e frouxa (ou, no inverso, imediata e direta) com exigências e demandas próprias à ordem burguesa — tudo se passando como se, da realidade óbvia da “questão social”, derivasse, automaticamente, a possibilidade (ou a requisição) de um exercício profissional com o corte daquele que caracteriza o Serviço Social. Nesta via, acaba-se por reduzir o problema da sua gênese histórico-social a uma equação entre implicações do desenvolvimento capitalista (a “questão social”) e o aparecimento de uma nova configuração profissional — frequentemente adornando-se esta abstração com uma retórica que apela às lutas de classes³.

Em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade do monopólio, isto é, *as conexões genéticas do Serviço Social profissional não se entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólicca*. À falta desta determinação (aliás muito pouco elaborada na bibliografia profissional⁴), tanto se perde a particularidade histórico-social do Serviço Social — terminando-se por distingui-lo apenas institucional e formalmente da tradição das suas protoformas — quanto se obscurece o lastro efetivo que o legitima como atividade profissional como tal — respaldada por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura.

3. Para observar os vieses desta ótica na análise da história profissional, referida especificamente à América Latina, cf. Castro (1984: 21-38).

4. É interessante notar que mesmo em autores que contribuíram para uma compreensão mais renovada da história do Serviço Social — como Kisnerman (1973), Lima (1975), Lubove (1977) e Leiby (1978) — esta determinação revela-se pouco elaborada e, até, ausente. No Brasil, ao que sabemos, o primeiro profissional a tematizar expressamente esta problemática foi Iamamoto, no texto citado na nota 1.

1.1. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios

Na tradição teórica que vem de Marx, está consensualmente aceite que o capitalismo, no último quartel do século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômicas, com incidências necessárias na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que envolvia. Trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*⁵. E é também consensual que “o período do imperialismo ‘clássico’ [situa-se] entre 1890 e 1940” (Mandel, 1976, 3: 325).

As profundas modificações sofridas então pelo capitalismo — que, enquanto *tendências*, foram objeto da prospecção teórica marxiana⁶ — não infirmaram em nenhuma medida substantiva as análises elementares de Marx sobre o seu caráter essencial e o da ordem burguesa: o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as

5. O estudo lenineano, como se sabe, data de 1916 e foi publicado no ano seguinte (Lênin, 1977, I); a nomenclatura, porém, fora consagrada antes pela análise de Hobson (*Imperialism*, de 1902). Do início do século ao fim da Primeira Guerra Mundial, há um indiscutível acúmulo analítico sobre a problemática, especialmente com as importantes contribuições de Hilferding (1985) e Luxemburg (1976), mas com aportes de muitos outros marxistas (Kautsky, Bukharin). Para um balanço do debate marxista sobre a questão do imperialismo, que desborda este período, cf. Brewer (1980).

6. Sobre a prospecção marxiana, há indicações preciosas em Baran e Sweezy (1974: 14-17); tal prospecção arranca de elementos contidos nas análises de Marx sobre a grande indústria e a elevação da taxa da composição orgânica do capital, sistematizadas nos capítulos XIII e XIV do livro I d’*O capital*; a formulação mais sintética de tais dementos como fundamento para a abordagem do imperialismo aparece no verbete a este dedicado por John Weeks, in Bottomore, ed. (1988: 187-190).

combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos e críticos que detona. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica. Donde, simultaneamente, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas “leis” de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as “leis” particulares do estágio imperialista).

O exame histórico do trânsito do capitalismo concorrencial ao monopolista já foi suficientemente elaborado e não cabe reiterá-lo aqui⁷. O que importa observar e destacar com a máxima ênfase é que a constituição da organização monopólica obedeceu à urgência de viabilizar um objetivo primário: *o acréscimo dos lucros capitalistas através do controle dos mercados*⁸. Essa organização — na qual o sistema bancário e creditício tem o seu papel econômico-financeiro substantivamente redimensionado⁹ — comporta níveis e formas diferenciados que vão desde o “acordo de cavalheiros” à fusão de empresas, passando pelo *pool*, o cartel e o truste. Na prossecução da sua finalidade central, a organização monopólica introduz na dinâmica da economia capitalista um leque de fenômenos que deve ser sumariado¹⁰: *a*) os preços das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios tendem a crescer progressivamente¹¹; *b*) as taxas de lucro

7. Para uma síntese mais que bastante deste trânsito, cf. Mandel (1969, 3: 57-120).

8. “A característica específica das formas de organização [monopólicas] é que estão deliberadamente destinadas a aumentar os lucros por meio do controle monopolista dos mercados” (Sweezy, 1977: 289). Ou, numa formulação complementar e mais precisa: “Confrontado com o aumento da composição orgânica do capital e com os riscos crescentes da amortização do capital fixo, numa época em que as crises periódicas são consideradas inevitáveis, o capitalismo dos monopólios visa, antes de mais nada, preservar e aumentar a taxa de lucro dos trustes” (Mandel, 1969, 3: 94).

9. Sobre este redimensionamento, cf. Hilferding (1985: 85-99 e 217-220), Lênin (1977, I: 597-610) e Sweezy (1977: 292-296).

10. Com poucas modificações, retomo aqui basicamente a lição de Sweezy (1977: 297-314), formulada originalmente em 1942 e que me parece ainda essencialmente correta.

11. O complexo mecanismo da variação dos preços monopolistas é investigado por Mandel (1969, 3: 95 e ss.). Não há nenhuma indicação sólida de que o “preço de monopólio”

tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; *c*) a taxa de acumulação se eleva, acentuando a tendência descendente da taxa *média* de lucro (Mandel, 1969, 3: 99-103) e a tendência ao subconsumo; *d*) o investimento se concentra nos setores de maior concorrência, uma vez que a inversão nos monopolizados torna-se progressivamente mais difícil (logo, a taxa de lucro que determina a opção do investimento se reduz); *e*) cresce a tendência a economizar trabalho “vivo”, com a introdução de novas tecnologias; *f*) os custos *de venda* sobem, com um sistema de distribuição e apoio hipertrofiado — o que, por outra parte, diminui os lucros adicionais dos monopólios e aumenta o contingente de consumidores improdutivos (contrarrestando, pois, a tendência ao subconsumo).

As implicações desses vetores na dinâmica econômica são fundas e largas. De uma parte, a tendência à equalização das taxas de lucro, objetivada no estágio concorrencial do capitalismo, é revertida em favor dos grupos monopolistas (que extraem seus superlucros também a partir de uma dedução da mais-valia de outros grupos capitalistas). De outra, o próprio processo de acumulação é alterado: ela tende a elevar-se, em razão da centralização que o monopólio opera; adicionalmente, os grupos monopolistas inclinam-se mais a investimentos no exterior dos seus próprios limites (guiando-se pela taxa de lucro marginal¹²) que no seu mesmo âmbito. Ademais, a economia de trabalho “vivo”, que estimula a inovação tecnológica, subordina-se diretamente à depreciação do capital fixo existente¹³ — donde um traço específico da idade do monopólio é de fundamental importância para a compreensão global do capitalismo monopolista: “O monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva” (Sweezy, 1977: 304).

infirmo as bases da clássica teoria do valor-trabalho (Sweezy, 1977: 297-299); no entanto, sabe-se que é principalmente a partir do movimento dos preços no capitalismo monopolista que se reacendeu a velha polêmica acerca da teoria do valor-trabalho marxiana — sem entrar nesta discussão neste espaço, aponte-se a contribuição apresentada por Morishima e Catephores (1978) e recorde-se a anterior problematização posta nas teses de Sraffa (1985).

12. A complexa noção de taxa de lucro marginal *monopolista* é objeto das reflexões de Sweezy (1977: 302-303).

13. Reside aqui o fundamento da afirmação de Mandel (1969: 3: 107) segundo a qual os monopólios são travas ao progresso tecnológico.

No período “clássico” do capitalismo monopolista¹⁴, dois outros elementos típicos da monopolização fazem seu ingresso aberto no cenário social. O primeiro deles diz respeito ao fenômeno da *supercapitalização* (Mandel, 1969, 3: 229 e ss.): o montante de capital acumulado encontra crescentes dificuldades de valorização; num primeiro momento, ele é utilizado como forma de autofinanciamento dos grupos monopolistas; em seguida, porém, a sua magnitude excede largamente as condições imediatas de valorização, posto que o monopólio restringe, pela sua natureza mesma, o espaço *capitalista* de inversões. É próprio do capitalismo monopolista o crescimento exponencial desses capitais excedentes, que se tornam tanto mais extraordinários quanto mais se afirma a tendência descendente da taxa média de lucro. As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto para dar uma solução à supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista¹⁵; de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais¹⁶; e, enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor¹⁷ — como veremos, todos estes mecanismos renovam a relação entre a dinâmica da economia e o Estado burguês.

O segundo elemento a destacar aqui é o *parasitismo* que se instaura na vida social em razão do desenvolvimento do monopólio. Trata-se de um parasitismo que deve ser tomado por dois ângulos. Por

14. Neste espaço, só nos prenderemos — em função dos nossos interesses — a este período, cujo limite é demarcado pela Segunda Guerra Mundial. Se é verdade que nele já se manifestam tendências que virão à tona no *capitalismo tardio* analisado especialmente por Mandel (1976), este não será objeto de tematização aqui; para elementos crítico-analíticos a ele referentes, cf., entre outros, Baran e Sweezy (1974), Boccara, org. (1976), Mattick (1977), Aglietta (1979) e Offé (1984), além das notações contidas nos estudos de Altwater (in Hobsbawm, org., 1989) e de Altwater e Gough (in Sonntag e Valecillos, orgs., 1988).

15. As conexões específicas entre o capitalismo monopolista e a indústria bélica são notórias; cf. o clássico estudo de Perlo (1969) e as análises de Baran e Sweezy (1974: 180-217) e de Mandel (1976, 2: 131-213).

16. É desnecessário recordar que a exportação de capitais é traço peculiar do imperialismo (Lênin, 1977, 1: 621 e ss.) e a seu desenvolvimento prende-se a *internacionalização do capital* própria deste estágio do capitalismo. Cf. *infra*.

17. É paradigmática, aqui, a análise da “campanha de vendas” que fazem Baran e Sweezy (1974: 117-145).

um, ao engendrar a oligarquia financeira (Lênin, 1977, I: 610 e ss.) e ao divorciar a propriedade da gestão dos grupos monopolistas¹⁸, o capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia¹⁹; por outro lado, e só parcialmente em relação à “queima” do excedente acima mencionada, a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas *stricto sensu*, mas todo um largo espectro de operações que, no “setor terciário”, tão-somente vinculam-se a formas de conservação e/ou de legitimação do próprio monopólio²⁰.

Articulado o processo da organização monopólica com estas características, torna-se claro o seu perfil *novo* em face do capitalismo de corte concorrencial. Todavia, fica igualmente clara a reposição das antigas contradições que percorriam o seu antecedente, agora peculiarizadas. As organizações monopolistas não promovem a evicção da anarquia da produção que é congênial ao ordenamento capitalista²¹; a “livre concorrência” é convertida em uma luta de vida ou morte entre os grupos monopolistas e entre eles e os outros, nos setores ainda não monopolizados. Esbatendo-se no mercado mundial — no qual a monopolização rearranja inteiramente a divisão internacional capitalista

18. É sabido que este fenômeno deu azo a interpretações recorrentes da “revolução dos gerentes” (Burnham 1943); a crítica a estas teses equivocadas encontra-se em Sweezy (1965: 40 e ss.) e Mandel (1969, 3: 260 e ss.).

19. “A função da propriedade e a função da gestão separam-se sempre mais e a burguesia dos monopólios representa assim o tipo mais puro da burguesia, *aquele para o qual a apropriação da mais-valia não é absolutamente disfarçada pela retribuição de uma função diretiva do processo de produção, mas se apresenta como o produto exclusivo da propriedade privada dos meios de produção*” (Mandel, 1969, 3: 119; grifos originais).

20. Os autores que, na trilha aberta por Clark (1961), trabalham com as noções de “setor terciário”, “terceirização da vida social” etc., freqüentemente não distinguem *trabalho produtivo* e *improdutivo* e, neste, o *trabalho socialmente útil* do *parasitismo*. Pensador francês que realizou crítica cuidadosa daquelas noções escreve: “O capitalismo monopolista caracteriza-se por uma inflação do setor terciário [...] que é relativa nos Estados capitalistas modernos, se por um lado cresceram desmesuradamente os efetivos do exército e da polícia, por outro lado o número de professores, médicos, enfermeiras é nitidamente inferior às necessidades reais da sociedade” (Rivière, 1966: 33). Para uma fecunda discussão destas questões, cf. Nagels (1975-1979).

21. Recorde-se a paradoxal relação, enfatizada por Baran e Sweezy (1974: 333-362), entre as unidades parciais monopólicas racionalizadas e o conjunto irracional do sistema que constituem.

do trabalho, dando curso a renovadas políticas neocolonialistas²² —, o capitalismo monopolista conduz ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada: internacionalizada a produção, grupos de monopólios controlam-na por cima de povos e Estados²³. E no âmbito emoldurado pelo monopólio, a dialética forças produtivas/relações de produção é tensionada adicionalmente pelos condicionantes específicos que a organização monopolística impõe especialmente ao desenvolvimento e à inovação tecnológicos. O mais significativo, contudo, é que a solução monopolista — a maximização dos lucros pelo controle dos mercados — é imanentemente problemática: pelos próprios mecanismos novos que deflagra, ao cabo de um certo nível de desenvolvimento, é vítima dos constrangimentos *inerentes* à acumulação e à valorização capitalistas. Assim, para efetivar-se com chance de êxito, *ela demanda mecanismos de intervenção extra-econômicos*. Daí a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra-econômico, o Estado.

Como tal, o Estado, desde quando a pressão da burguesia *ascendente* deu origem ao chamado absolutismo, sempre interveio no processo econômico capitalista; o traço intervencionista do Estado (que, até Keynes, causava um *frisson* nas elites burguesas e em seus porta-vozes liberais) a serviço de franjas burguesas revela-se muito precocemente, como o comprovou Mandel (1969, 1, cap. III). Nada é mais estranho ao desenvolvimento do capitalismo do que um Estado “árbitro”²⁴. No entanto, com o ingresso do capitalismo no estágio imperialista, essa intervenção muda funcional e estruturalmente.

Até então, o Estado, na certa caracterização marxiana o representante do capitalista coletivo, atuara como o cioso guardião das *condições externas da produção capitalista*. Ultrapassava a fronteira de

22. O rebatimento da monopolização na efetiva internacionalização da economia, própria do estágio imperialista, é analisado por Sweezy (1977: 315-336) e longamente por Mandel (1969, 3: 121-180).

23. Quando este controle foi posto em xeque pela concorrência intermonopolista em escala internacional, conheceu-se a solução “clássica”: a guerra imperialista.

24. Por mais justificadas que sejam as críticas feitas ao trabalho de Baran e Sweezy (1974) — de que são exemplo as formuladas por Mandel (1976, 3: 313 e ss.) e por Manick (1977: 113 e ss.) —, é inegável o fundamento da sua recusa em utilizar a denominação “capitalismo monopolista de Estado”: ela induz “à suposição errônea de que o Estado teve importância insignificante na história anterior do capitalismo” (Baran e Sweezy, 1974: 74).

garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas — donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*²⁵.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios — e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções.

O elenco de suas funções econômicas *diretas* é larguíssimo. Possuem especial relevo a sua inserção como empresário nos setores básicos não rentáveis (nomeadamente aqueles que fornecem aos monopólios, a baixo custo, energia e matérias-primas fundamentais), a assunção do controle de empresas capitalistas em dificuldades (trata-se, aqui, da socialização das perdas, a que freqüentemente se segue, quando superadas as dificuldades, a reprivatização), a entrega aos monopólios de complexos construídos com fundos públicos, os subsídios imediatos aos monopólios e a garantia explícita de lucro pelo Estado²⁶. As *indiretas* não são menos significativas; as mais importantes estão relacionadas às encomendas/compras do Estado aos grupos monopolistas²⁷, assegurando aos capitais excedentes possibilidades de valorização; não se esgotam aí, no entanto — recordem-se os subsídios indiretos, os investimentos públicos em meios de transporte e infra-estrutura, a preparação institucional da força de trabalho requerida pelos monopólios e,

25. Não cabe aqui a resenha do amplo debate, travado no interior da tradição marxista, sobre esta polêmica questão. Remetemos basicamente a Baran e Sweezy (1974), Boccara, org. (1976), Mandel (1976), Miliband (1978), Lefebvre (1978), Poulantzas (1980), Mathias e Salama (1983), Offe (1984) e Sonntag e Valecillos, orgs. (1988).

26. Mandel (1969, 3: 205-214), que estuda cuidadosamente estas formas de intervenção direta, oferece para cada uma delas ampla comprovação.

27. É supérfluo observar que, freqüentemente centradas na indústria bélica, tais compras/encomendas compreendem uma pauta muito diferenciada.

com saliência peculiar, os gastos com investigação e pesquisa. A intervenção estatal macroscópica em função dos monopólios é mais expressiva, contudo, no terreno *estratégico*, onde se fundem atribuições diretas e indiretas do Estado: trata-se das linhas da direção do desenvolvimento, através de planos e projetos de médio e longo prazos; aqui, sinalizando investimentos e objetivos, o Estado atua como um instrumento de organização da economia, operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise.

Está claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista — ele é o *seu* Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais. Donde uma explicável alteração não apenas na modalidade de intervenção do Estado (agora contínua, em comparação com o estágio concorrencial), mas nas estruturas que viabilizam a intervenção mesma: no sistema de poder político, os centros de decisão ganham uma crescente autonomia em relação às instâncias representativas formalmente legitimadas²⁸. Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista — opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

Ora, entre tais condições inclui-se (além do financiamento do próprio aparelho estatal, neste contexto hipertrofiado), “para a reprodução ampliada do capital, [a garantia da] conservação física da força de trabalho ameaçada pela superexploração” (Mandel, 1976, 3: 183). Este é um elemento novo: no capitalismo concorrencial, a intervenção estatal sobre as seqüelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidade de preservar o conjunto de relações pertinentes à propriedade privada burguesa como um todo — ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, *a preservação e o controle contínuos* da força de trabalho, ocupada e excedente, *é uma função estatal de primeira ordem*: não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de óbices à valorização do capital no marco do monopólio.

28. Aqui, a evidência menos controversa é a ponderação assimétrica dos poderes Legislativo e Executivo na evolução política da sociedade burguesa do capitalismo concorrencial ao monopolista.

Não se trata aqui, simplesmente, da “socialização dos custos” de que fala Galper (1986: 99) — obviamente que este é o fenômeno geral, através do qual o Estado transfere recursos sociais e públicos aos monopólios. O processo é mais abrangente e preciso: quer pelas contradições de fundo do ordenamento capitalista da economia, quer pelas contradições intermonopolistas e entre os monopólios e o conjunto da sociedade, o Estado — como instância da política econômica do monopólio — é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio.

Justamente neste nível dá-se a articulação das funções econômicas e políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista: para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho.

O aparente paradoxo aí contido se desfaz com o exame histórico da constituição do monopólio e das transformações que ela implicou no papel e na funcionalidade do Estado burguês. O paradigma euro-ocidental (e, numa medida menor, o norte-americano) é típico: a transição ao capitalismo dos monopólios realizou-se paralelamente a um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores (cf. seção 1.3) — é, inclusive, em quase todas as latitudes, simétrico ao aparecimento de partidos operários de massas; o coroamento da conquista da cidadania, sobre a qual doutrinou linearmente Marshall (1967), acompanha, nos seus lances decisivos, o surgimento da idade do monopólio: as demandas econômico-sociais e políticas imediatas postas por todo este processo reivindicativo e organizativo macroscópico não vulnerabilizaram a modelagem da ordem econômica do monopólio, ainda que a tenham condicionado em medida considerável. Antes, ao absorvê-las, o poder político que o expressa adquiriu um cariz de *coesionador da sociedade* que, não casualmente, desempenhou funções diversionistas e ilusionistas sobre inúmeros protagonistas políticos desvinculados dos interesses monopolistas.

O que deve ser posto de manifesto é o fato de esta forma de articulação entre funções econômicas e funções políticas do Estado burguês no capitalismo monopolista ser *uma possibilidade* entre outras, mas assentada nas virtualidades objetivas deste estágio de desenvolvimento do capitalismo. A sua realização, em todos os quadrantes, é mediatizada pela correlação das classes e das forças sociais em presença — onde não se defrontou com um movimento democrático, operário e popular sólido, maduro, capaz de estabelecer alianças sócio-políticas em razão de objetivos determinados, a burguesia monopolista jogou em sistemas políticos desprovidos de qualquer flexibilidade e inclusividade. Com efeito, as alternativas sócio-políticas do capitalismo monopolista, sem configurar um leque infinito, comportam matizes que vão de um limite a outro — do *Welfare State* ao fascismo.

Assinalar, portanto, a compatibilidade da captura do Estado pela burguesia monopolista com o processo de *democratização* da vida sócio-política não é eludir o fenômeno real de que o núcleo dos sistemas de poder opera em favor dos monopólios — e, menos ainda, que jogue no sentido de reduzir os conteúdos de direitos e garantias de participação política²⁹. Ao contrário, equivale a indicar que um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica. Por outro lado, e nunca em último lugar, esta indicação desobstrui a via para a compreensão do rebatimento, no sistema estatal, das efetivas contradições que se desenvolvem na ordem social: a partir do momento em que procura legitimar-se mediante os instrumentos da democracia política, *uma dinâmica contraditória emerge no interior do sistema estatal*. A lógica dominante do monopólio não exclui o tensionamento e a colisão nas instituições a seu serviço, exceto quando o grau de esgarçamento deles derivado põe em risco a sua reprodução³⁰. Igualmente, apontar que de-

29. No nível do sistema político, a *tendência* do capitalismo monopolista tem sido a de esvaziar os instrumentos de participação sócio-política — e, quando possível, promover a sua evicção. *Tendencialmente*, a idade do monopólio trava o desenvolvimento da democracia não apenas como método, mas como “condição social”, para retomarmos a distinção de Cerroni (1976).

30. Eis por que ao proletariado e às forças democráticas mais avançadas jamais é indiferente a forma da dominação de classe da burguesia; e isto é tão claro para os estrategistas do monopólio quanto para os marxistas — como Lênin, ao valorizar a “república democrática burguesa”.

mandas econômico-sociais e políticas imediatas de largas categorias de trabalhadores e da população podem ser contempladas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista não significa que esta seja a sua inclinação “natural”, nem que ocorra “normalmente” — o objetivo dos superlucros é a pedra-de-toque dos monopólios e do sistema de poder político de que eles se valem; entretanto, respostas positivas a demandas das classes subalternas podem ser oferecidas na medida exata em que elas mesmas podem ser refuncionalizadas para o interesse direto e/ou indireto da maximização dos lucros³¹.

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. E que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

É somente nestas condições que as seqüelas da “questão social” tornam-se — mais exatamente: podem tornar-se — objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais*³². No capitalismo concorrencial, a “questão social”, por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização trabalhadora, ameaçava a ordem burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital — condições *externas* à produção capitalista. No capitalismo dos monopólios, tanto pelas características do novo ordenamento econômico quanto pela consolidação política do movimento operário e pelas necessidades de legitimação política do Estado burguês, a “questão social” como

31. Aqui, os mecanismos para este jogo são quase inesgotáveis — pense-se, por exemplo, na sincronia entre previdência pública e privada e interesses monopolistas na indústria da saúde (serviços, medicamentos, instrumental etc.).

32. Sobre as políticas sociais, cf., entre outros, Marshall (1967 e 1967a), Ranney, org. (1968), Piven e Cloward (1972, 1979), Grevet (1978), Mishra (1981), Higgins (1981), Ginsburgh (1981), Fraser (1984) e, ainda, Rein (1970), Greffe (1975), Santos (1979), Faleiros (1980, 1985) e Sposati et alii (1985); útil é a concisa bibliografia fornecida por Coimbra, in *Abranches et alii* (1987).

que se *internaliza* na ordem econômico-política: não é apenas o excedente que chega ao exército industrial de reserva que deve ter a sua manutenção “socializada”; não é somente a preservação de um patamar aquisitivo mínimo para as categorias afastadas do mundo do consumo que se põe como imperiosa; não são apenas os mecanismos que devem ser criados para que se dê a distribuição, pelo conjunto da sociedade, dos ônus que asseguram os lucros monopolistas — é tudo isto que, caindo no âmbito das condições *gerais* para a produção capitalista monopolista (condições externas e internas, técnicas, econômicas e sociais), articula o enlace, já referido, das funções econômicas e políticas do Estado burguês capturado pelo capital monopolista, com a efetivação dessas funções se realizando *ao mesmo tempo* em que o Estado continua ocultando a sua essência de classe.

É a política social do Estado burguês no capitalismo monopolista (e, como se infere desta argumentação, só é possível pensar-se em política social *pública* na sociedade burguesa com a emergência do capitalismo monopolista³³), configurando a sua intervenção contínua, sistemática, estratégica sobre as seqüelas da “questão social”, que oferece o mais canônico paradigma dessa indissociabilidade de funções econômicas e políticas que é própria do sistema estatal da sociedade burguesa madura e consolidada. Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

No que tange às requisições do monopólio, a funcionalidade da política social é inequívoca. Ademais das intervenções do Estado na

33. Outra questão é a das políticas sociais privadas, conduzidas com caráter não imperativo e não oficial por organizações religiosas (p. ex., as igrejas) e laicas (p. ex., associações profissionais, “clubes de serviço”), formas de intervenção freqüentemente assistemáticas e embasadas fundamentalmente em motivações ético-morais. À parte o fato de precederem o Estado burguês no capitalismo monopolista, importa notar que, com o desenvolvimento deste, acabaram por ter — salvo em situações muito pontuais — uma ponderação marginal na vida social; realmente, com a consolidação da ordem monopólica, o que ocorre é a crescente e efetiva *subordinação* das políticas sociais privadas às públicas (o que não se passa sem conflitos e colisões).

Também questão diversa, que não pode ser tematizada aqui, é a das protoformas de políticas sociais que, no interior do marco burguês e antes da emersão da organização monopólica, foram implementadas por agências estatais.

economia — diretas e/ou indiretas, como vimos, e que só forçadamente podem ser caracterizadas como políticas sociais —, a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho — ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social³⁴. Os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por seu turno, não atendem apenas a estas exigências: são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo³⁵, para oferecer ao Estado massas de recursos que doutra forma estariam pulverizados (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida “útil” dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas (Faleiros, 1980; Galper, 1975 e 1986). As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho “profissionalizante”) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custa do conjunto da sociedade (Carnoy e Levin, 1987). As políticas setoriais que implicam investimentos em grande escala (reformas urbanas, habitação, obras viárias, saneamento básico etc.) abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supercapitalização (Mandel, 1976, 3).

Sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômico-social macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista, o peso destas políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. E, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferecem um mínimo de respaldo efetivo à imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Esta resultante não se produz apenas pelo real atendimento (por vezes, ante-

34. A importância deste último aspecto é tanto maior se se leva em conta a tendência do monopólio — que salientamos, citando Sweezy — de crescer o contingente da força de trabalho excedente. Interessante análise de assistente social sobre estes mecanismos é a oferecida por Galper (1986: 99-109).

35. A tendência ao subconsumo — a que obviamente se conectam os preços inflacionados das mercadorias (e serviços) produzidas pelos monopólios — é também atenuada pela introdução dos *salários indiretos*.

cipado) de demandas de segmentos das classes subalternas. Nela confluem vetores diferenciados. A hipertrofia institucional das agências estatais aparece como uma necessidade da complexidade da gestão “social”, “arbitral” — o que, por outro lado, credita lastro de utilidade ao parasitismo que sinalizam. O fato de que as demandas são atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele.

Por trás daquela resultante, porém, está um processo peculiar: a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho — o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa. Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as seqüelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. A constatação de um sistema de nexos causais, quando se impõe aos intervenientes, alcança no máximo o estatuto de um quadro de referência centrado na noção de *integração social*: selecionam-se variáveis cuja instrumentação é priorizada segundo os efeitos multiplicadores que podem ter na perspectiva de promover a redução de *disfuncionalidades* — tudo se passa como se estas fossem inevitáveis ou como se se originassem de um “desvio” da lógica social. Assim, a “questão social” é atacada nas suas *refrações*, nas suas seqüelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida conseqüentemente, impediria a intervenção³⁶. Donde a “categorização” dos *problemas sociais* e dos seus vulnerabilizados, não só com a decorrente priorização das ações (com sua aparência quase sempre fundada como opção técnica), mas sobretudo com a atomização das demandas e a competição entre as catego-

36. No processo em que se tomam como aspectos autônomos da “questão social” as suas refrações particulares concorre — e não cabe enfatizar aqui este ponto fundamental — a específica objetividade de que se revestem, na sociedade burguesa, os fenômenos sociais (cf. infra, cap. 2). Vê-se, neste caso, como um dado da realidade é operacionalizado com eficiência por uma estratégia de classe.

rias demandantes. As implicações são de monta: o atendimento das demandas também opera na direção de travar representações menos mistificadas do processo social.

A funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo monopolista, como já indicamos, não equivale a verificá-la como uma “decorrência natural” do Estado burguês capturado pelo monopólio³⁷. A vigência deste apenas coloca a sua possibilidade — sua concretização, como sugerimos, é variável nomeadamente das lutas de classes. Não há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização e organização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores³⁸, a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas. Entretanto, a dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar — segmentos da sociedade demandantes/Estado burguês no capitalismo monopolista³⁹. De fato, elas são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (que, com a autonomização da atividade política, levam alguns de seus atores profissionais a uma relação muito mediatizada com as classes sociais) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre os seus protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias. É possível verificar, de uma parte, alianças político-sociais as mais insólitas para a formulação de uma determinada política social; de outra, a ponderação dessas alianças pode introduzir fricções entre políticas sociais formuladas simultaneamente e, enfim, é de registrar que as lutas e as confluências dos protagonistas não se encerram na formulação — a implementação

37. Num estudo clássico, Marshall (1967a) — aliás retomando a linearidade e o evolucionismo mecanicista da sua análise já citada sobre a questão da cidadania (Marshall, 1967) — mostra como um estudioso perspicaz pode fazer observações inteligentes sobre a emergência das políticas sociais sem ponderar com justeza que elas resultam de lutas e confrontos entre classes.

38. Piven e Cloward (1972) comprovaram historicamente (com exemplos da Era Progressista, do *New Deal* e das reformas da década de sessenta) esta hipótese nos Estados Unidos.

39. A crítica que a este simplismo dirige Coimbra (in Abranches et alii, 1987: 86-94), é, sem dúvidas, procedente — mas, no texto em que a formula, o autor não oferece elementos que possam superá-lo efetivamente.

das políticas sociais é outro campo de tensões e alianças, no qual frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnico-profissionais especializadas. Finalmente, para acentuar a pluridimensionalidade deste processo, é de mencionar a interação entre as políticas sociais públicas e as de agências privadas da sociedade civil — nestas, podem surgir experiências e modalidades de intervenção que, mesmo apropriadas pelo Estado, inserem matizes novos na dinâmica do setor afetado.

Possibilidade objetiva posta pela ordem monopólica, a intervenção estatal sistemática sobre a “questão social”, penetrada pela complexidade que insinuamos, está longe de ser unívoca. No marco burguês, a sua instrumentalização em benefício do capital monopolista não se realiza nem imediata nem diretamente — seu processamento pode assinalar conquistas parciais e significativas para a classe operária e o conjunto dos trabalhadores⁴⁰, extremamente importantes no largo trajeto histórico que supõe a ruptura dos quadros da sociedade burguesa.

1.2. Problemas sociais: entre o “público” e o “privado”

Substantivamente, o giro que a organização monopólica da sociedade burguesa conferiu ao enfrentamento das refrações da “questão social” deriva da contínua, sistemática e estratégica intervenção estatal sobre elas. Esta inflexão implicou de fato no redimensionamento do Estado burguês que, como acabamos de ver, joga agora uma função coesiva central; dito em poucas palavras, ampliou-se e tomou-se mais complexa a estrutura e o significado da ação estatal, incorporando-se os desdobramentos do caráter *público* daquelas refrações: as seqüelas da ordem burguesa passaram a ser tomadas como áreas e campos que legitimamente reclamavam, e mereciam, a intervenção da instância política que, formal e explicitamente, mostrava-se como expressão e manifestação da coletividade. No movimento que determinou este giro, confluíram quer as exigências econômico-sociais próprias da idade do monopólio (cf. seção 1.1), quer o protagonismo político-social das camadas trabalhadoras, especialmente o processo de lutas e de auto-orga-

40. A maturidade política do proletariado e de suas organizações de classe, aliás, tem um de seus indicadores na compreensão do potencial contraditório das políticas sociais.

nização da classe operária⁴¹ (cf. seção 1.3); mas intercorreu também, com significativa ponderação, o novo dinamismo político e cultural que passou a permear a sociedade burguesa com as crescentes diferenciações no interior da estrutura de classes⁴² (cf. seção 1.3).

Parece inconteste que o giro mencionado feriu efetivamente a programática liberal que acompanhou o desenvolvimento do capitalismo em seu período precedente e que se cristalizou como uma das mais paradigmáticas e resistentes construções ideológicas da burguesia. Sem entrar na discussão particular do relevo atribuído pelo ideário liberal à funcionalidade estatal, basta recordar que a própria consideração dos *direitos sociais*⁴³, corolário da legitimação das políticas sociais, contribui para erodir pela base o *ethos* individualista que é componente indissociável do liberalismo econômico e político⁴⁴. Entretanto, seria um grave equívoco supor que o giro em questão derruiu o conjunto de representações sociais (e de práticas a elas conectadas) pertinentes ao ideário liberal. Antes, ocorreu algo distinto: nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, *ressituando-o* como elemento subsidiário no trato das seqüelas da vida social burguesa.

O fenômeno nada tem de enigmático. Por uma parte, a ordem burguesa supõe necessariamente que, em última instância, o destino pessoal é função do indivíduo como tal⁴⁵; a conseqüência inelutável é que

41. Para uma síntese destes protagonismo e processo, na transição do capitalismo concorrencial ao imperialismo, cf. Droz (org.) (1972), Abendroth (1977), Hobsbawm (1982, 1987) e Rosenberg (1986), bem como as fontes citadas na nota 88.

42. Diferenciações no interior da burguesia (v. g., a especificação dos seus setores monopolistas), do proletariado (por exemplo, o aparecimento da chamada *aristocracia operária*) e também as conseqüentes ao adensamento e à diversificação dos segmentos e categorias intermediários entre as duas classes. Cf. *infra*.

43. É interessante notar como Marshall (1967: 87 e ss.), na sua linear concepção da constituição da cidadania moderna, observa que estes direitos foram os *últimos* a se desenvolver como tais na ordem burguesa.

44. Para uma primorosa análise deste *ethos*, recorrer a Gouldner (1973: 64 e ss.) e também a Mabbott (1968) e Macpherson (1978, 1979).

45. Há que considerar que esta verificação factual não infirma, por um lado, as utopias organo-corporativas (com seus reacionarismo ou conservantismo) como próprias de um certo nível de desenvolvimento da sociedade burguesa nem, por outro, que o antiliberalismo do ordenamento fascista seja, como querem Horkheimer e Adorno (1971), uma possibilidade embutida no liberalismo mesmo.

tanto o êxito como o fracasso sociais são creditados ao sujeito individual tomado enquanto mônada social. Por outra parte, a criação, pela via de ações públicas, de condições sociais para o desenvolvimento dos indivíduos não exclui a sua responsabilização social e final pelo aproveitamento ou não das possibilidades que lhes são tornadas acessíveis. Eis por que o redimensionamento do Estado burguês no capitalismo monopolista em face da “questão social” simultaneamente corta e recupera o ideário liberal — *corta-o*, intervindo através de políticas sociais; *recupera-o*, debitando a continuidade das suas seqüelas aos indivíduos por elas afetados.

Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da “questão social” vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. Ocorre como que uma redefinição do público e do privado na idade do imperialismo, que atende tanto à invasão de todas as instâncias sociais pela lógica monopólica quanto à conservação de âmbitos onde se movem vetores contabilizados à órbita individual — dando naquele circuito que promove a “polarização da esfera social e da esfera íntima” (Habermas, 1984: 180). Na escala em que se implementam medidas *públicas* para enfrentar as refrações da “questão social”, a permanência das suas seqüelas é deslocada para o espaço da responsabilidade dos *sujeitos individuais* que as experimentam.

Já observamos (seção 1.1) o mecanismo pelo qual o Estado burguês no capitalismo monopolista converte as refrações da “questão social” em *problemas sociais*. É com esta conversão que se opera o ressituar do *ethos* individualista, que emerge paradoxalmente fortalecido: o que escapa à conseqüência da ação pública torna-se-lhe o campo privilegiado de vigência. É assim que as condições que o marco do monopólio estabelece para a intervenção sobre os problemas sociais não destroem a possibilidade de enquadrar os grupos e os indivíduos por eles afetados numa ótica de *individualização* que transfigura os problemas sociais em problemas pessoais (privados); ao contrário, esta ótica aparece como persistente elemento coadjuvante e/ou, em situações histórico-sociais precisas, até mesmo componente de extremo relevo do enfrentamento público das seqüelas da “questão social”.

A ambivalente, fluida e equívoca inserção das manifestações da “questão social” nas zonas de sombra que constituem a área fronteira do “público” e do “privado” na sociedade burguesa da idade do monopólio não é produto, vê-se, de uma conspiração político-ideológica dos

segmentos burgueses que instrumentalizam o Estado. Esta inserção responde à própria dialética do processo social na moldura da sociedade burguesa madura e consolidada. Não é possível contestar, todavia, que ela oferece um largo campo de legitimação ideal da ordem burguesa — quer instaurando as balizas para a sua defesa franca e aberta, quer desobstruindo o terreno para aquela forma de apologia que Lukács (1968) caracterizou como “indireta”. E o faz ao mesmo tempo em que confere um suporte real a práticas sociais de algum modo inspiradas em configurações teórico-culturais conectadas àquela legitimação ideal. Tais práticas e tal legitimação aparecem, pois, com uma dupla determinação: tanto são parâmetros para intervir empiricamente sobre as refrações da “questão social” quanto são funcionais para vulnerabilizar as projeções societárias que apontam para a ruptura da ordem burguesa — e é inteiramente supérfluo assinalar que estas duas dimensões, a operativa e a ideal, vinculam-se estreitamente.

Está claro que as estratégias (de classes) implementadas pelo Estado burguês no capitalismo monopolista envolvem diferencialmente as perspectivas “pública” e “privada” do enfrentamento das seqüelas da “questão social”⁴⁶. Tudo indica que parece correto afirmar que se verifica uma visível dominância da perspectiva “pública” quando se trata de refrações da “questão social” tornadas flagrantemente massivas e especialmente em conjunturas nas quais se constata uma curva ascendente do desenvolvimento econômico; a proeminência da perspectiva “privada” parece dar-se sobretudo em momentos imediatamente anteriores e posteriores à emergência de conjunturas críticas. A experiência histórica revela, contudo, que não temos invariavelmente uma seqüência regular, antes se configurando situações complexas: a perspectiva “privada” pode ganhar destaque em fases de crescimento, quando não há políticas sociais setoriais suficientemente articuladas ou ainda quando suas potencialidades coesivas não se mostram com um mínimo de eficácia; alternativamente, a perspectiva “pública” pode manter-se dominante em fases de conjunturas críticas, quando a intercorrência de agudas refrações da “questão social” com rápidos processos de mobilização e organização sócio-política das classes subalternas sinaliza possibilidades de ruptura da ordem burguesa. Em suma, neste pla-

46. Entenda-se que, aqui, não se faz referência a *políticas sociais* públicas e privadas (cf. nota 33); a distinção remete à localização dos *problemas sociais* no âmbito do “público” ou do “privado”.

no se tornam de pouca valia as observações de teor genérico, exigindo-se a análise concreta de situações precisas do movimento das formações econômico-sociais burguesas em suas particularidades⁴⁷.

Pela argumentação expendida atrás (seção 1.1), não pode haver dúvidas de que a perspectiva mais pertinente à natureza do Estado burguês no capitalismo monopolista é a da consideração “pública” dos problemas sociais. No entanto, é inteiramente justo constatar que, em qualquer alternativa, tal Estado se encontra em condições de subsidiá-la e de acoplar a ela a perspectiva “privada”, ou mesmo de conferir destaque a esta; mais: é igualmente certo que em nenhuma conjuntura este Estado recorre exclusivamente a uma de tais perspectivas.

A ausência de uma recorrência excludente à perspectiva “pública” ou “privada” não se deve apenas à referida dialética do processo social na moldura burguesa, que propicia um laço de complementaridade efetiva entre ambas. Ela advém de uma complicada malha de relações e conexões que só podemos examinar aqui tratando de três dos seus principais eixos, de alguma maneira já tangenciados na argumentação precedente — a captura dos espaços “privados” pela lógica específica do capitalismo monopolista, os componentes de legitimação da ordem burguesa e a recuperação de um patrimônio teórico-cultural apto a consagrar aquela complementaridade no plano da representação ideal.

Quanto à captura dos espaços “privados” pela lógica particular dos movimentos de acumulação e valorização próprios ao capital monopolista, ela vai bem mais adiante que as modificações brilhantemente pensadas por Habermas (1984), quando analisou as alterações que a “esfera pública” sofre na constituição e na consolidação da sociedade burguesa. Na idade do imperialismo, a organização monopólica da vida social tende a preencher todos os interstícios da vida pública e da vida privada; a subordinação ao movimento do capital deixa de ter como limites imediatos os territórios da produção: a tendência manipuladora e controladora que lhe é própria desborda os campos que até então ocupara (no capitalismo concorrencial), domina estrategicamente a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental

47. Para fundamentar esta argumentação, relembrem-se as políticas do Estado norte-americano na Era Progressista, no período do *New Deal* e na fase do reformismo kennedyano.

Variável central para esclarecer a predominância de uma ou outra destas perspectivas é a relação que, em momentos determinados, se estabelece entre a *estrutura do Estado* e a *composição do governo*.

para penetrar a totalidade da existência dos agentes sociais particulares. Aqui, é o inteiro cotidiano dos indivíduos que tende a ser *administrado*⁴⁸, um difuso terrorismo psicossocial se destila pelos poros da vida (Lefebvre, 1968) e se instila em todas as manifestações anímicas e todas as instâncias que outrora o indivíduo podia reservar-se como áreas de autonomia (a constelação familiar, a organização doméstica, a fruição estética, o erotismo, a criação dos imaginários, a gratuidade do ócio etc.) convertem-se em limbos programáveis como áreas de valorização potencial do capital monopolista. A mercantilização universal das relações sociais — que os fundadores da teoria social revolucionária vislumbraram com uma acuidade espantosa (Marx-Engels, 1975: 63) — num primeiro instante monetariza as interações humanas e redundam, com a consolidação da ordem monopólica, na mediação delas pelas instituições que plasmam os *serviços* — e estes se organizam crescentemente segundo a estrutura do monopólio. Não se trata, neste âmbito, tão-somente do processo de liquidação dos espaços de *autonomia* do indivíduo; trata-se, nomeadamente, da expansão — que parece não encontrar limites — das modalidades de investimento e de valorização próprias do capital monopolista: elas invadem e metamorfoseiam o “privado”. Este não desaparece: conserva-se quase como um *irreduzível*, como em algum texto Lefebvre o caracterizou. Não ocorre a sua liquidação — ele aparece como o terreno estrito do individual; o que se passa é que esta esfera da existência se dinamiza e se tensiona por um comando tendencialmente *heteronômico*; a heteronomia posta pela invasão da lógica monopólica nesta esfera não a elimina como tal, antes acentuando a sua aparente indissolubilidade. Resulta, pois, que a expansão das modalidades de investimento do monopólio, que convertem em “serviço” praticamente a tudo, combina-se à perfeição com os projetos de preservação de “individualidades” que, elas mesmas, são produzidas e reproduzidas conforme as necessidades daquela expansão⁴⁹. Assim, enlaçam-se organicamente as induções massivas que a lógica monopólica requer e as enfáticas saliências que ela confere ao

48. Recorde-se que uma das teses centrais de fecunda análise de Marcuse (1967) é precisamente aquela segundo a qual a partir de um dado nível de desenvolvimento da sociedade burguesa a *dominação* se escamoteia em *administração*.

49. Todo este processo foi posto em destaque especialmente por pensadores ligados à Escola de Frankfurt, cujas obras principais são mencionadas ao longo de nosso texto — dispensamo-nos, pois, de retomar aqui as suas conhecidas análises.

“privado”, ao “íntimo”, ao “pessoal”. O cerco e a penetração que o monopólio exercita em face do indivíduo não o elidem: supõem-no necessariamente e necessariamente jogam na sua reprodução enquanto sujeito individual. Ora, é esta dinâmica elementar que percorre o conjunto da vida social na idade do monopólio — e ela aparece reposta na intervenção do Estado que, como vimos, opera no sentido de garanti-la. O ataque aos problemas sociais pelo Estado burguês no capitalismo monopolista, movimentando-se entre o “público” e o “privado”, ademais das implicações rigorosamente econômicas que porta, revela como o primeiro subordina o último recolocando-o sistematicamente — e, fazendo-o através de mediações que não podem ser deduzidas da pura lógica da valorização monopolista, traz à tona a complementaridade indescartável entre ambos.

Os componentes que sinalizam essa complementaridade no domínio dos processos de legitimação da ordem monopólica arrancam, quase todos, de algum modo, do substrato do *ethos* individualista. Mas a incidência deste, agora, com a ressituação que sofre na idade do monopólio, surge sob uma forma inédita: aparece não mais como a reiterada proclamação das possibilidades da vontade individual, tão adequada ao perfil de uma ordem econômica e social dinamizada por iniciativas de sujeitos empreendedores, mas especialmente como o privilégio das *instâncias psicológicas* na existência social. A tendência a *psicologizar* a vida social, própria da ordem monopólica⁵⁰, é tão compatível com os processos econômico-sociais que o imperialismo detona quanto se manifesta adequada à sua reprodução — mas sobretudo se revela como um importante lastro legitimador do existente. Tais compatibilidade e adequação não reclamam, atualmente, tratamentos analíticos mais aprofundados, uma vez que já se tem acumulada uma bibliografia larga e suficiente para a sua compreensão⁵¹. Elas se inserem no marco macroscópico no interior do qual, retomando e rearticulando seus elementos constitutivos, a sociedade burguesa, com o monopólio organizando e regulando o mercado, produz e reproduz os seus agentes so-

50. As implicações desta relação entre redução da autonomia efetiva dos indivíduos e hipertrofia dos processos centrados na psicologização das relações sociais, no marco do imperialismo, foram intensivamente analisadas por Lukács (1967, 1968 e 1969), mas referidas especialmente a problemas filosóficos e estéticos.

51. Cf. entre muitos estudos, Adorno (1962, 1982), Marcuse (1967), Lukács (1967, 1968 e 1969), Horkheimer e Adorno (1971) e Horkheimer (1973).

ciais particulares: o esvaziamento das individualidades, diminuída progressivamente a área de intervenção autônoma dos sujeitos singulares, corre simétrico à hipostasia da sua valoração abstrata. O encolhimento dos espaços de atividade coletiva e social dirigida segundo a volição dos indivíduos decorre simultaneamente à inflação da sua privacidade, recolhida à fronteira de um eu atomizado. A proporção que a ordem monopólica invade e devassa, com a sua própria lógica de valorização, o universo — inclusive simbólico e afetivo — antes tido e havido como reserva psíquica do indivíduo, mais as dimensões do “psicológico”, abstratas porque autonomizadas das mediações entre indivíduo e sociedade, ganham peso. No limite, para parafrasear canônica conclusão⁵², quanto menos conteúdo psicológico próprio se torna possível para os sujeitos, mais ponderação adquirem as suas representações psicológicas. O pessoal e o individual (a “personalidade”), com uma inserção tomada como casual na sociedade, identificam-se com o psíquico.

O lastro legitimador que se contém na psicologização engendrada neste processo está longe de esgotar-se na possibilidade, já referida, de responsabilizar o(s) sujeito(s) singular(es), na sua particular configuração individual, pelo seu destino pessoal. É óbvio que esta possibilidade tem significância: a individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular (“psicológica”) dos sujeitos por eles afetados, é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da “questão social” na idade do monopólio; ela permite — com todas as conseqüências que daí decorrem — *psicologizar os problemas sociais*, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo (é então que emergem, com rebatimentos prático-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de *ajustamento* etc.). No entanto, parece-nos que não é somente neste plano que reside o componente legitimador significativo que se embute na psicologização da vida social, aliás bastante estudado⁵³. O que se nos afigura mais expressivo é que a psicologização das relações sociais realiza, no plano

52. Segundo Adorno e Horkheimer (1969: 56), “quanto menos indivíduo, tanto mais individualismo”.

53. O traço apoloético da psicologização, principalmente no que tange às suas implicações com as psicoterapias de ajustamento, de reintegração etc., já foi suficientemente ressaltado, muito especialmente na bibliografia que contém a crítica do pensamento funcionalista; no caso do Serviço Social, boa parcela da literatura do movimento de reconceptualização centrou-se nesta temática.

do indivíduo, a contrapartida da redefinição que a ordem monopólica instaura entre o “público” e o “privado” — e não só ao reduzir o “privado” às dimensões e realidades psíquicas, “íntimas”, do indivíduo. Do ponto de vista do sujeito, que a si mesmo se toma enquanto mônada, a psicologização compensa o espaço de realização autônoma que lhe foi subtraído pela extensão da lógica monopólica: demandando o atendimento dos “serviços” que, incidindo sobre a sua “personalidade” (ajustando-a, integrando-a etc.), as instituições sociais lhe oferecem (de fato ou como possibilidade), o indivíduo obtém um sucedâneo de inserção social que parece propiciar-lhe um liame societário. A atomização social que é a aparência necessária da ordem monopólica não é resolvida como no clássico ideário liberal (e nem poderia sê-lo); é aceita no plano fático porque simultaneamente se lhe põe como alternativa um substitutivo que, no imaginário, parece conceder à “personalidade” um cuidado que remete à sua significação e valor enquanto unidade singular.

Se assim é, o potencial legitimador da ordem monopólica contido na psicologização ultrapassa de longe a imputação ao indivíduo da responsabilidade do seu destino social; bem mais que este efeito, por si só relevante, implica um tipo novo de relacionamento “personalizado” entre ele e instituições próprias da ordem monopólica que, se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica — num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas⁵⁴.

Até este ponto, nossa argumentação esforça-se por destacar a existência de mecanismos intrínsecos à ordem monopólica que fundam objetivamente as perspectivas que o Estado burguês próprio a ela explora no enfrentamento das refrações da “questão social”. Obviamente, este enfrentamento não se desenvolve — e o remarcamos na ocasião devida — unívoca e linearmente; nem se trata de processos cegos, aos quais seriam estranhas as projeções derivadas de estratégias de classes.

54. Os especialistas reconhecerão aqui práticas institucionais típicas do Serviço Social de Caso, nomeadamente na forma dominante que adquiriu, entre os anos trinta e quarenta, nos Estados Unidos.

Todavia, até essa altura, temos ressaltado o que é inerente à lógica do capital monopolista como possibilidade imanente do seu movimento. Há que contabilizar, porém, que com essas possibilidades se conjuga um patrimônio teórico-cultural que as respalda largamente.

Com efeito, desde o segundo terço do século XIX acumulou-se um acervo de reflexões sobre o ser social que, matriz das ulteriores ciências sociais (cf. Capítulo 2) e caixa de ressonância das lutas sociais, acabaria por se constituir numa espécie de referencial originário para orientar e legitimar intelectualmente as modalidades mais elementares de enfrentamento da “questão social”. É interessante observar que este acervo, cuja gênese precede a emergência e a consolidação da idade do monopólio, é um bloco cultural muito heterogêneo; mais ainda: em suas bases se encontram inspirações hauridas no anticapitalismo romântico⁵⁵ e ele não pode ser identificado com uma vertente de direta apologética do imperialismo.

A tradição intelectual a que estamos nos referindo é aquela que configura a curva do *pensamento conservador*⁵⁶. Diferenciada, marcada por tensões e rupturas internas, esta tradição intelectual possui um travejamento que a tornará apta a desempenhar o papel que lhe atribuímos — qual seja, o de subsidiar a unidade estratégica entre as perspectivas “pública” e “privada” no confronto do Estado burguês no capitalismo monopolista com as refrações da “questão social”. Precisamente esse travejamento é que converterá aquela tradição em um dos suportes ideais para a complementaridade do enfrentamento simultaneamente “público” e “privado” dos problemas sociais. E de que travejamento se trata? De *um estilo de pensar o social* que tem por limite o marco da socialidade burguesa, o *positivismo*, que, antes de ser uma “escola” sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês⁵⁷; estilo de pensar que Marcuse (1969: 313) apreendeu sinoticamente: “Todos os conceitos científicos deviam ser subordinados aos fatos. Os primeiros deviam simplesmente manifestar a conexão real entre os últimos. Os

55. Pense-se, por exemplo, na obra de Toennies e em aspectos centrais da reflexão de Durkheim.

56. Tematizaremos esta tradição, sob outra luz, no capítulo 2. Aqui, nosso interesse vai na direção de recuperar o que, nesta vertente, articulam, no plano teórico-cultural, as perspectivas “pública” e “privada” do enfrentamento da “questão social”.

57. Auto-expressão que acompanha os movimentos ascendentes (progressistas) e descendentes (regressivos) do pensamento burguês — recordem-se as diferenças entre Condorcet (e toda a inspiração “positivista” do Iluminismo) e Comte e Spencer.

fatos e suas conexões representavam uma ordem inexorável que compreendia os fenômenos sociais e naturais. As leis [reveladas por este estilo de pensar] eram positivas também no sentido de afirmarem a ordem estabelecida como base para a negação da necessidade de construção de uma nova ordem. [Tais leis não excluem] a necessidade de reforma e de mudança [...] que] são parte do mecanismo da ordem estabelecida, de modo que esta progride suavemente para um estado mais alto, sem ter de começar por ser destruída”.

É este núcleo fundamental da tradição teórico-cultural em tela que a metamorfoseará em subsídio ideal ao Estado burguês no capitalismo monopolista, minimizando seus virtuais traços de colisão com ele⁵⁸. E seu ponto de gravitação está menos nos óbvios caracteres de conservantismo — que, na mesma passagem, Marcuse resume plasticamente como a “aquiescência com o dado” — em relação à ordem estabelecida (caracteres que, saliente-se, supõem intenções reformistas) do que *na consideração do social como equalizado à natureza*⁵⁹. Efetivamente, é nesta *naturalização* da sociedade que encontramos o princípio que adapta a tradição conservadora às exigências que estamos pontuando do Estado burguês. Em primeiro lugar, ao naturalizar o social, esta tradição estabelece nitidamente a inépcia dos sujeitos sociais para direcioná-lo segundo seus projetos — mais exatamente, estabelece a sua *refratariedade* à razão e à vontade dos sujeitos sociais: a sua variabilidade obedece a regularidades fixas que escapam substantivamente à intervenção consciente dos sujeitos históricos; o social, como tal, aparece como uma realidade ontologicamente alheia a esses⁶⁰. O que assim re-

58. Traços que emergem claramente não no perfilamento político-social (por exemplo, o antiliberalismo), mas nas projeções éticas desta tradição.

59. Esta equalização — que escamoteia a específica ontologia do ser social — deriva na atribuição de um estatuto “científico” à reflexão sobre a sociedade diretamente extraído dos modelos das ciências da natureza; voltaremos ao tema no capítulo 2.

60. Recorde-se como Comte (1973: 17) pensava que “a fundação da física social completa o sistema das ciências naturais” ou, ainda, a “interpretação básica do movimento social como necessariamente sujeito a leis físicas invariáveis” (apud Marcuse, 1969: 310). Quanto a Durkheim, sua concepção não é menos explícita: “A ciência social não poderia realmente progredir mais senão se houvesse estabelecido que as leis das sociedades não são diferentes das leis que regem o resto da natureza e que o método que serve para descobri-las não é outro senão o método das outras ciências” (Durkheim, 1953: 113). No que tange às transformações sociais que decorreriam de estratégias de classe, de projetos *conscientes*, ele também é inequívoco: “[...] Os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros, submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper a seu arbítrio [...]. Por conseqüência, as revoluções no sentido próprio do termo são coisas tão impossíveis como os milagres” (Durkheim, 1975a: 485).

cebe sanção teórica e consagração cultural é a *impotência* dos sujeitos e protagonistas sociais em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade⁶¹ — não só uma legitimação do estabelecido como, principalmente, uma predisposição para aceitar a sua evolução seja em que sentido for.

No entanto, o decisivo é a contraface desta naturalização do social: *ao naturalizar a sociedade, a tradição em tela é compelida a buscar uma especificação do ser social que só pode ser encontrada na esfera moral*⁶². Naturalizada a sociedade, o específico do social tende a ser situado nas suas dimensões ético-morais⁶³ — e eis que se franqueia o espaço para a psicologização das relações sociais⁶⁴.

A rota da psicologização passa, num primeiro momento, pela determinação da problemática da “questão social” como sendo *externa* às instituições da sociedade burguesa — ela deriva não das suas dinâmica

61. Não é por acaso que um analista salienta que a *resignação* é uma tônica na obra de Comte: “O assentimento ao princípio das leis invariáveis na sociedade prepararia os homens para a disciplina e a obediência à ordem existente e promoveria a sua ‘resignação’ diante dela” (Marcuse, 1969: 311). As principais disquisições sobre a resignação, em Comte, encontram-se especialmente no *Curso de filosofia positiva* e no *Discurso sobre o espírito positivo* (parcialmente reproduzidos em Comte, 1973).

62. O empenho com que esta tradição distinguiu *ciência* de *ética* (cf., por exemplo, Durkheim, 1984) não infirma a assertiva; ao contrário, é na sua distinção que elas se complementam.

63. Em Comte, a especificidade aparece sob a forma do “instinto social”, que remete à evolução a culminar no “estágio positivo”, apto a fundar uma nova moral (cf. o *Discurso sobre o espírito positivo*) e a derivar na estrambótica “religião da humanidade”. Em Durkheim, pensador muito mais rigoroso e refinado, o fulcro ético-moral emerge com o processo pelo qual a redução da ponderação da “consciência coletiva” (mais exatamente: a redução da sua universalidade) abre a alternativa da diferenciação e da vigência mais autônoma da consciência dos indivíduos singulares — o que implica a existência do “constrangimento moral”; não se pode esquecer que Durkheim perseguiu explicitamente o objetivo de elaborar uma “ciência da vida moral” (para uma interessante análise desta problemática em Durkheim, cf. Lukes, 1972 e especialmente Giddens, 1984: 109 e ss.).

64. Esta conclusão certamente colide com o “objetivismo” a que se vê identificado Durkheim — e que aparece, por exemplo, no seu cuidado de, atribuindo uma dimensão psíquica aos “fatos sociais”, distingui-la das consciências individuais (Durkheim, 1974: 1-34). Mas esta remissão não cancelou o seu recurso ao moralismo, tão evidente na requisição de uma “solidariedade orgânica” (cf. *De la division du travail social* — onde, diga-se de passagem, ele afirma peremptoriamente que “a ciência está [...] fora da moral” — Durkheim, 1973: 327), nem o impediu de reduzir algumas vezes a relação entre pesquisador e juízo de valor a um puro problema psicológico (Löwy, 1987: 29-31).

e estrutura, mas de um conjunto de *dilemas mentais e morais*⁶⁵; logo, a proposta terapêutica não pode ser senão “uma reorganização espiritual” (Comte, 1973: 92), apta a contemplar “o verdadeiro programa social dos proletários” [sic], consistente em “assegurar convenientemente a todos, primeiro, uma educação normal, depois, o trabalho regular” (idem)⁶⁶. O deslocamento que verificamos aqui não converte a psicologização em individualização. Ele consiste basicamente em dois movimentos: um, que *deseconomiza* (e, portanto, desistoriciza) a “questão social”⁶⁷; outro, que situa o alvo da ação tendente a intervir nela no âmbito de algumas expressões anímicas — e é supérfluo indicar o enlace orgânico entre estes dois movimentos. Ambos concretizam o giro que translada o enfoque das refrações da “questão social”, sem prejuízo da sugestão de práticas que as afetem perfunctoriamente⁶⁸, para o terreno da *modelagem* psicossocial e moral —, donde a ênfase na educação e na espiritualidade. Se não estamos já diante da individualização dos rebatimentos da “questão social”, o fato é que este passo psicologizante matriza uma postura verdadeiramente canônica da tradição conservadora, postura que será inteiramente compatível com vertentes que, nesta tradição, repudiam alguns dos postulados centrais do positivismo “clássico” (é o caso específico das proposições da Doutrina Social da Igreja, tal como as formulou Leão XIII⁶⁹); desde então, a programática conservadora inovou pouquíssimo.

65. Comte (1973: 75) di-lo com a sua habitual clareza: “[...] As principais dificuldades sociais não são hoje essencialmente políticas, mas sobretudo morais, de sorte que sua solução depende realmente das opiniões e dos costumes, muito mais do que das instituições”. E, linhas antes desta afirmação, considera que o “espírito positivo” deve atacar “a desordem atual em sua verdadeira fonte, necessariamente mental”. Vê-se que não foi por acaso que Comte saudou o golpe de Estado de Luís Bonaparte como a “crise feliz que acaba de abolir o regime parlamentar e de instaurar a república ditatorial, duplo preâmbulo de toda verdadeira regeneração” (1973: 107).

66. Para que se tenha uma idéia da totalidade desta proposta, recorde-se que neste texto (*Discurso sobre o espírito positivo*), Comte deixa claro que “a escola positivista tende [...] a consolidar todos os poderes atuais, sejam quais forem seus possuidores” e que, ao contrário do poder político, o “poder moral [...] é o único verdadeiramente acessível a todos” (1973: 86 e 92).

67. A fundação da sociologia como ciência autônoma e particular tem em sua base o projeto de estudar as relações sociais prescindindo da sua dimensão econômico-política (voltaremos a esta questão no capítulo 2). Marcuse (1969: 307) observa corretamente que a empresa comteana “abandonou a economia política como raiz da teoria social”.

68. Como se sabe, em Comte é constante a preocupação em melhorar as condições de vida “das classes baixas” (cf. especialmente o *Curso de filosofia positiva*).

69. A incompatibilidade de fundo entre alguns pressupostos filosóficos de Comte e as formulações de Leão XIII é óbvia. Entretanto, o espaço que o racionalismo limitado e estreito

Num segundo momento, desembaraçada da “metafísica positiva de Comte” (Durkheim, 1973: 376) e sem o cariz da “religião da humanidade”, a psicologização avança. Trata-se aqui da elaboração durkheimiana que, como toda expressão do mais legítimo conservadorismo, partia igualmente da colocação de que a “questão social” era fundamentalmente moral (e, tal como Comte, a deseconomizava⁷⁰). Contudo, se esta premissa era oriunda do comtismo, a sua articulação no pensamento de Durkheim é bastante diversa — e não só em razão do contexto histórico determinado e dos interlocutores com que Durkheim se defronta⁷¹, mas basicamente porque a sua reflexão, mirando a constituição precisa da sociologia como disciplina particular e autônoma, não pretende erguer um sistema inclusivo, próprio de uma “ciência universal”⁷². Daí que o tratamento teórico dado a esta premissa seja de outro naipe: a psicologização que se forja em Durkheim⁷³, e que também não deságua na individualização⁷⁴, remete não para o conjunto macroscópico da “questão social”, mas para a evidência societária das suas refrações mais preocupantes para o pensamento conservador: o problema da *coesão social*. De fato, o nervo da reflexão durkheimiana pode corretamente ser localizado na questão do

do positivismo ocupa é complementar a inúmeras formas de irracionalismo — como o prova a mesma evolução comteana; aliás, Marcuse (1969: 309) percebeu “a conexão entre a filosofia positiva e o irracionalismo [...]. De mãos dadas com a sujeição do pensamento à experiência imediata ia o constante alargamento da experiência, de modo que esta deixava de se limitar ao campo da observação científica e proclamava diversos tipos de forças supra-sensíveis”.

O exame de um documento tão importante como a encíclica *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1961) revela uma assombrosa proximidade entre as programáticas comteana e católica em face da “questão social” e não há nenhum mistério: a Igreja avança também sobre os trilhos do *eticismo*, posto que Leão XIII opere uma evidente *naturalização* da sociedade.

70. Num pesquisador honesto e responsável como Durkheim, assusta a sua literal ignorância da dinâmica econômica da ordem capitalista; para ilustrá-la, cf. as suas breves disquisições sobre o problema do *valor*, no segundo capítulo d’*As regras do método sociológico*.

71. Durkheim já polemiza com as produções do pensamento socialista revolucionário e tem de haver-se com um processo de organização operário-sindical em escala quase continental; cf. esp. Lukes (1973), Tiryakian, in Bottomore e Nisbet, orgs. (1980), Giddens (1984) e Löwy (1987).

72. Lukács, a quem recorremos ulteriormente ao tematizar a constituição da sociologia e das chamadas ciências sociais (cf. capítulo 2), analisa com rigor, em *A destruição da razão*, o giro que sepulta as originais pretensões universalizantes da sociologia (Lukács, 1968: 472).

73. Cf. as notas 62 e 63.

74. Giddens (1984: 145 e ss.) apresenta uma persuasiva análise da questão do indivíduo ao longo de toda a obra de Durkheim.

controle social — e é então que a sua modalidade de psicologização das relações sociais aparece inteira: a essência de um tal controle, efetivo e operante, encontra-se na *esfera moral*⁷⁵. A sua impositação, todavia, carece do viés descaradamente especulativo do seu predecessor: Durkheim insere o seu moralismo num quadro mais sofisticado que o das petições de princípio. Por um lado, com o mais direto apelo à naturalização da sociedade, considera eternos e a-históricos certos mecanismos básicos que determinam a estratificação social que tem sua culminação na sociedade burguesa⁷⁶; de outro, dado o seu antiliberalismo⁷⁷, sustenta que as tensões e conflitos derivados daqueles mecanismos podem ser equacionados pela construção coletiva de *normas*, que, introjetadas nos indivíduos, reduzem os comportamentos sociopáticos⁷⁸ — normas decididamente *morais*. A função (aliás, Durkheim é o primeiro a usar este termo com rigor⁷⁹) da moral, compulsoriamente constrangedora, é justamente garantir a vigência dos comportamentos “normais” e, universalizada, sancionar a classificação da sua variação como desvio sociopático.

Se em Durkheim surgem explícitas as duas faces da moeda positivista e conservadora, a naturalização e a psicologização do social, elas ganham um complemento que aparece como mediação *política*: como, ao contrário de Comte, não pode abstrair completamente o Estado do seu horizonte intelectual, Durkheim, buscando viabilizar formas eficientes de controle e coesão sociais, é levado a estabelecer uma verdadeira teoria da representação — aquela do *neocorporativismo*, apresentada de forma conclusa no prefácio da segunda edição de *Da divisão do trabalho social* (Durkheim, 1973: 305-323). Com ela se com-

75. É a este resultado recorrente que Durkheim chega, quer investigue a divisão social do trabalho, quer se debruce sobre as formas elementares da vida religiosa.

76. Löwy (1987: 27), acertadamente, mostra que é nesta consideração (patenteada em *Da divisão do trabalho social*) que assentam as modernas teorias funcionalistas das classes sociais, notadamente a formulada por Davis e Moore.

77. Não nos parece convincente a tese, defendida por Richter (in Wolff, org., 1960), segundo a qual Durkheim deve ser visto como um liberal do século XIX.

78. Não há dúvidas acerca do pioneirismo de Durkheim na determinação das sociopatias — recorde-se a distinção entre o “normal” e o “patológico”, registrada n’*As regras do método sociológico*.

79. Nos primeiros parágrafos do livro I de *Da divisão do trabalho social* há uma precisa conceituação do termo (Durkheim, 1973: 325).

pleta a elaboração durkheimiana: a coesão social no mundo contemporâneo (na sociedade burguesa) garantir-se-ia com as relações indivíduos/Estado mediadas por grupos profissionais; mas esta mediação, diretamente política, aparece derivada da relevância coesiva da moral: a utopia corporativa de Durkheim não tem outro móvel que o de constelar “as forças morais que, sozinhas”, poderão realizar um “novo direito” (Durkheim, 1973: 323)⁸⁰.

A conseqüência é que a programática decorrente destas concepções, apresentando fortes continuidades com a terapia comteana (visíveis, por exemplo, na saliência atribuída às funções institucionais da educação — cf. Durkheim, 1984), desborda amplamente os limites originais da proposta da “reorganização espiritual”, cuja resultante não poderia deixar de ser a construção de uma nova mística. Comparado ao positivismo de Comte, o pensamento durkheimiano é uma inflexão laica: a intervenção que sugere é parametrada pela consideração “científica” da moral e dirigida para incidir no terreno da interação entre grupos secundários (profissionais) e estrutura política inclusiva (Estado), com o “público” recebendo uma entificação ética própria.

Incontestemente nos passos comteano e durkheimiano, a psicologização das relações sociais, sob a forma da moralização da “questão social”, registra-se muito diferencialmente. No primeiro, colada a um evidente misticismo, orienta-se para a modelagem de um universo onde os conflitos se resolvem com a pura assunção, por parte dos protagonistas, da sua condição — donde a qualificação positiva da *resignação*. No segundo, a elaboração teórica soluciona a objetividade dos conflitos pela via da construção de mecanismos de controle social que os reconhecem (aos conflitos) como tais, propondo um *tertium datur*: a intervenção sobre eles com o erguimento de normas coesivas que liguem organicamente o “público” e o “privado” — donde a qualificação positiva da *ação social*.

Está claro que este componente teórico-cultural não é completamente adequado para respaldar as modalidades políticas da interven-

80. Parece desnecessário assinalar que Durkheim não reduzia a “questão social à moral (uma síntese das suas idéias reformistas é oferecida por Giddens, 1984); mas é preciso destacar que, na sua ótica, a questão moral era o *ponto de partida* para qualquer reforma com pretensão de êxito (o que é explicitado nas suas críticas aos socialistas; cf. Durkheim, 1971).

ção estatal na idade do monopólio. Porém, é sobre ele, tanto nos seus aspectos metodológicos decisivos (o *estilo de pensar* que o funda) quanto, nomeadamente, no processo de psicologização do social, que se constituirá o caldo de cultura que, ressitando o *ethos* individualista, dará consistência ideal àquelas modalidades, *porque é sobre a psicologização das relações sociais que avançará a auto-representação da sociedade burguesa no estágio imperialista*⁸¹. Este avanço — que recuperará muito mais de Durkheim do que de Comte — tenderá a cristalizar-se numa configuração definitiva quando o monopólio consolidar-se plenamente, entre as duas guerras mundiais, conformando a auto-representação burguesa do “período clássico” do imperialismo em duas grandes linhas: a inteira *moralização* das teorias sociais abrangentes e a *individualização* das refrações da “questão social”. A primeira aparece conclusa em Parsons — está inequivocamente demonstrada, na sua reflexão, a equiparação de socialidade com dimensão moral (Gouldner, 1973: 229-264); na segunda, comparecem as incidências dos estudos que insulam a “personalidade” da rede concreta das relações sociais (boa parte da psicologia desenvolvida sobre bases idealistas, bem como muitos desdobramentos irracionistas da abordagem psicanalítica) e as elaborações funcionalistas sobre as sociopatias da “sociedade industrial”.

A passagem da *moralização da sociedade à individualização dos problemas sociais* é um processo que enlaça, como se verifica, componentes teórico-culturais e tendências econômico-sociais próprias da gestação e da consolidação da ordem monopólica. Fornecendo tanto referências ideais quanto instrumentos operativos⁸² para implementar sob as óticas “pública” e “privada” a intervenção sobre as refrações da “questão social”, a conexão nela estabelecida coloca, no patamar compatível com a dinâmica econômico-social e política da idade do monopólio, a alternativa de atacá-las em dois planos — o das *reformas* que o desenvolvimento capitalista situa como possíveis e necessárias no in-

81. A mitologia absoluta do fascismo, este fenômeno próprio da idade do monopólio, resulta igualmente do entrecruzamento de naturalização da sociedade e psicologização do ser social; a propósito, cf. Lukács (1968: 519 e ss.).

82. As referências ideais plasmam-se nas teorias sociais sistemáticas e abrangentes da sociedade burguesa consolidada e madura. Os instrumentos operativos — nem sempre organicamente articuláveis a estas teorias — concretizam-se no aparato técnico que otimiza a manipulação psicossocial.

terior dos seus quadros e o das *induções comportamentais* sobre os sujeitos cuja condição permanece refratária a elas. Nos dois planos, é a questão da *ordem* que constitui o eixo das intervenções: no primeiro, a rearticulação de vetores econômico-sociais e políticos que sejam funcionais à lógica monopólica; no segundo, o controle dos sujeitos que escapam à sua órbita. De um lado, o traço “público” da “questão social”, que conduz à *regulação* de mecanismos econômico-sociais e políticos; doutro, o traço “privado”, que conduz ao *disciplinamento psicossocial* dos indivíduos excluídos do circuito integrativo a que a regulação se propõe. Entre o “público” e o “privado”, os problemas sociais recebem a intervenção estatal: de uma parte, a *direção estratégica* do processo econômico-social e político; de outra, a *rede institucional* de “serviços” que incide sobre as “personalidades” que se revelam colidentes, porque vítimas, com aquela.

O trajeto que leva de Comte e Durkheim ao saber social compatível com a ordem monopólica é indiscutivelmente longo e acidentado. Mas é do acúmulo daqueles pontos de arranque que a ordem monopólica extraiu os nódulos do sistema teórico-cultural que sanciona, no discurso “científico”, os seus mecanismos de reprodução; afinal, a complementaridade das perspectivas “pública” e “privada” se vê caucionada quando a teoria abre o caminho para converter a persistência dos problemas sociais em “disfunções” centradas na maior ou menor adequação dos indivíduos em desempenhar os seus “papéis”. E daí a possibilidade objetiva que escapava ao antiindividualismo dos codificadores da tradição conservadora “clássica”, mas que estava dada na psicologização do social: se a moralização preside a concepção geral do processo social, na apreciação dos seus nós e estrangulamentos, o que entra em cena é a colisão com as normas da coesão social — os “desviantes” sofrem não só com um estigma moral: devem ser “reintegrados”. O “tratamento” dos afetados pelas refrações da “questão social” como individualidades sociopáticas funda instituições específicas — o que ocorre é a conversão dos problemas sociais em *patologias sociais*.

Esta conversão é outro liame a complementar as políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista em suas perspectivas “pública” e “privada”. Entretanto, como toda a dinâmica do processo social, ela não opera senão nos espaços das lutas de classes, com seus sujeitos histórico-sociais em movimentos concretos.

1.3. Os projetos decisivos dos protagonistas histórico-sociais

Os complexos processos que a nossa argumentação vem roçando foram tratados, até agora, como uma dinâmica cujos sujeitos sócio-políticos parecem desimportantes, posto que só mencionados lateralmente. A esta altura, cabe salientá-los — porque o erguimento da sociedade burguesa madura e consolidada, assentada na ordem monopólica, não é um processo sem protagonistas. A sua história não é um puro desenrolar de requisições econômico-sociais que convocam respostas automaticamente necessárias; como em toda a história da sociedade, nesta também “nada acontece sem intenção consciente, sem meta desejada” (Engels, in Marx-Engels, 1983: 476⁸³). Vale dizer: a história que está sendo o objeto da nossa reflexão foi *construída* por protagonistas histórico-sociais, que no seu decurso se confrontaram com projeções e estratégias próprias e diferenciadas.

Se, até este ponto da nossa argumentação, o que atraiu o nosso olhar foi a estrutura particular da economia do monopólio (e, em seguida, vetores teórico-culturais que de alguma forma se viram a ela conectados), isto não significa que concedamos algo ao viés economicista na operação analítica⁸⁴. Significa, tão-somente, que considera-

83. Eis a passagem mais ampla na qual comparece esta determinação: “Na história da sociedade [...], os agentes são exclusivamente homens dotados de consciência, que atuam com reflexão ou paixão, buscando fins determinados; nada acontece sem intenção consciente, sem meta dirigida. [...] Os objetivos das ações são produtos da vontade, mas os resultados, que realmente decorrem das ações, não são voluntários ou, então, quando parecem mesmo corresponder inicialmente aos objetivos da vontade, eles acabam tendo conseqüências bem outras do que as pretendidas” (Engels, loc. cit). Também para a argumentação que se segue, valemo-nos da pontuação marxiana “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1969: 17).

84. O economicismo, contrafação que tanto afeta certas versões vulgares do pensamento de Marx quanto vertentes do pensamento conservador, consiste, na nossa interpretação, na hipostasia abstrata das causalidades postas pelas estruturas econômicas (isto é: em fazer do econômico um fator privilegiado), retirando do ordenamento societário as concretas mediações que são instauradas pela *intervenção política* dos protagonistas histórico-sociais; no limite, o economicismo retira das instâncias políticas qualquer *autonomia* e assevera que a ordem social é um epifenômeno das constelações econômicas.

Não menos equivocada é a reação de sinal contrário, o *politicismo*, que responde à unilateralidade economicista rejeitando as efetivas relações causais existentes entre estruturas

mos ser metodologicamente mais correto partir das conexões societárias emergentes do ordenamento econômico para equacionar os movimentos mais decisivos da conformação social macroscópica que sobre ele se ergue — mas trabalhando sempre com o suposto de que a estrutura econômica, constituindo um dado ontologicamente primário, insere-se numa totalidade histórico-social cuja unidade não elide a existência de níveis e instâncias diferentes e com legalidades específicas; e mais: que, no interior desta totalidade, a rede multívoca e contraditória de mediações concretas que organiza a interação social abre um *leque de possibilidades* para a conformação social macroscópica. Nesta angulação, a lógica monopólica da sociedade burguesa madura e consolidada não se desenvolve como um qualquer “fator determinante” — configura, antes, um processo totalizante e contraditório cujos desfechos particulares e transitórios expressam as exigências econômico-sociais do desenvolvimento capitalista, assim como algumas de suas referências ideais, *mas se creditam concretamente às relações de forças políticas e aos projetos específicos das classes e franjas de classes em presença*. A saliência que agora se deve conferir a estes últimos componentes — na perspectiva de que, na sociedade burguesa, os sujeitos sociais mais significativos são as *classes*⁸⁵ —, portanto, não é uma determinação *externa* daquela lógica: é a sua remissão aos seus núcleos dinâmicos essenciais⁸⁶.

econômicas e ordenamentos societários, concluindo pela *independência* das instâncias políticas; aí, sustenta-se que uma dada estrutura econômica pode compatibilizar-se com *n* ordenamentos societários.

Nos dois vieses, o que ocorre é justamente a liquidação das concretas *mediações* que articulam estruturas econômicas e ordenamentos societários, na conformação de uma *totalidade histórico-social* que os inclui, mediações viabilizadas por aquela que, com efeito, é “a típica via da positividade humana: a política” (Cerroni, 1972: 39).

85. Damos por suposta a fundamentação teórica desta perspectiva na obra marxiana, considerando, pois, inteiramente equivocadas as leituras da história (da sociedade burguesa) que a visualizam como *carente de sujeitos*.

86. A dimensão teórica do que grosseiramente podemos denominar de “internalidade” das classes à lógica do capital foi elaborada por inúmeros estudiosos; recomendamos apenas Rosdolsky (1986) e Giovani (1976).

Poder-se-ia apontar vários índices deste enlace interno entre movimento de classe e sua incidência estritamente econômica, que comprovam sobejamente que a lógica do desenvolvimento capitalista está dinamizada e saturada pelo movimento das classes. Registre-se apenas um: a correlação entre movimentação grevista da classe operária e progresso tecnológico na produção — “Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas. As máquinas eram, pode-se dizê-lo, a arma que os capitalistas empre-

Tal remissão, neste espaço, não pode ser elaborada à moda de uma história da constituição e do desenvolvimento das classes na sociedade burguesa — constituição e desenvolvimento que, como sabemos, é um processo em que os protagonistas se produzem e se reproduzem *reciprocamente*⁸⁷. Ainda que levemos em conta o acúmulo historiográfico, crítico e analítico que já se obteve neste terreno da investigação⁸⁸, o que interessa é remarcar a emersão dos *projetos político-sociais* decisivos que balizaram os confrontos e os movimentos daqueles protagonistas que acabaram por conformar o curso do desenvolvimento da sociedade burguesa no período “clássico” do imperialismo.

A transição do capitalismo concorrencial à idade do monopólio concretizou três fenômenos que, embora deitando raízes genéticas no bojo do período “liberal” do capitalismo, só ganharam gravitação evidente no marco do novo estágio: o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando *estrategicamente como agente social conservador* e o *peso específico* das classes e camadas intermediárias. Pontuar estes fenômenos, no modo em que se apresentam no fim do século XIX e nos primeiros anos do século XX, é um passo fundamental para apanhar a peculiaridade dos protagonistas histórico-sociais e seus projetos político-sociais na afirmação do capitalismo monopolista.

gavam para abater o trabalho especial em revolta. A *self-acting mule*, a maior invenção da indústria moderna, colocou fora de combate os fiandeiros revoltados. [...] As coalizões e greves [...] sempre exerceram uma imensa influência sobre o desenvolvimento da indústria” (Marx, 1985: 154). Para a mesma e outras correlações, mas postas no capitalismo mais desenvolvido, cf. especialmente Gorz (1968) e Braverman (1987).

87. A determinação teórico-crítica fundamental para compreender este processo está em Marx (1983, I, 2: 156): “O próprio trabalhador produz [...] constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalismo produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva da riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como trabalhador assalariado”. Ou, em formulação conclusiva: “O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia; mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado” (idem, p. 161).

88. Além das fontes citadas na nota 41, cf. especialmente Cole (1956), Parias, org. (1965), Huberman (1968), Claudín (1975), Gustafsson (1975), Hobsbawm (1982), Hobsbawm, org. (1979, 1982a, 1984) e Thompson (1987). A mais documentada e minuciosa das obras a que recorremos sobre esta temática — ainda que viciada pelo típico ideologismo das publicações do marxismo oficial — foi o trabalho coletivo dirigido por Cherniaev (1982).

Em plano histórico-universal, as condições para a assunção do proletariado como *classe para si*⁸⁹ se configuram com os embates de 1848⁹⁰. As amargas derrotas sofridas pela classe operária (e, de fato, pelo conjunto dos trabalhadores), a que se seguiu pelo menos uma década de refluxo do seu movimento em escala euro-continental, destruindo todo um acervo de ilusões em relação quer às possibilidades da revolução segundo a tradição blanquista, quer aos arcos de aliança então viáveis — tais derrotas constituíram o material histórico a partir do qual, prática e politicamente, o proletariado começa a construir a sua *identidade* como protagonista histórico-social consciente. É nos anos sessenta que o refluxo mencionado se vê revertido — como o indica a fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores*⁹¹. Inicia-se então um largo processo, que só estará consolidado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, pelo qual a classe operária urbana vai elaborar os seus dois principais instrumentos de intervenção sócio-política, o *sindicato* e o *partido proletário*.

De fato, este processo aparece balizado não pela criação da AIT (cujas fraturas internas, como se sabe, conduziram à sua dissolução cerca de sete anos depois da sua criação⁹²), mas especialmente pela histórica e dramática experiência da Comuna de Paris (Marx, 1968; Lefebvre, 1964). É a partir dela, com o deslocamento do eixo do movimento operário revolucionário para a Alemanha, que se operará a configuração daqueles instrumentos de intervenção sócio-política — evidentemente recuperando as experiências proletárias anteriores nos dois níveis, o sindical e O partidário, ambos de alguma maneira contidos no patrimônio inglês do cartismo (Dolléans, s.d.). Até o final da primeira década do século XX, tal configuração estará definida nos dois níveis.

O mero fato de esta definição realizar-se com uma óbvia sincronia, quer se trate da formação do moderno movimento sindical, quer se tra-

89. A tematização de *classe em si* e *classe para si* está em Marx (1985: 159). Para desenvolvimentos amplos, cf. Lukács (1974); para a sua análise na tradição marxista, cf. Weber (1977).

90. Fontes indispensáveis para estudar o processo revolucionário de 1848, com suficientes indicações bibliográficas, são Duvéau (1965), Claudín (1975) e Sigmann (1985).

91. Além das informações contidas nas fontes citadas nas notas 41 e 88, sobre a Primeira Internacional é de consultar a referência dos capítulos XI, XIII e XIV de Mehring (1960).

92. Embora a dissolução formal só tenha tido lugar em 1876 (na Conferência de Filadélfia), desde 1872 a AIT deixou de funcionar efetivamente, com a transferência do seu Conselho Geral para Nova Iorque (determinada pelo Congresso de Haia).

te da constituição do moderno partido político operário — e recorde-se que, para Cerroni (1982), este é a matriz do moderno partido político *tout court* —, indica uma dinâmica extremamente significativa⁹³. Seus pólos devem ser localizados em dois fenômenos distintos, um econômico-social e outro histórico-político: a degradação do nível de vida das grandes massas, no período, e a ponderação que as propostas oriundas do pensamento de Marx ganham então⁹⁴.

De uma parte, uma *conjuntura de crise* marca a transição ao capitalismo dos monopólios⁹⁵: ela se estende nitidamente de 1873 a 1896, com picos flagrantes em 1877, 1884-1887, 1890 e 1893; a tendência depressiva parece infletir-se a partir de 1896, mas retorna em 1900, 1903 e 1907; “em 1913-1914, uma nova crise já se anunciava, mas a guerra abortou-a” (Bédarida, in Parias, org., 1965, III: 305). Mesmo

93. Observe-se a sincronia mencionada: *formação de partidos políticos operários socialistas* — Alemanha, 1875; Bélgica, 1878; Espanha, 1879; Itália, 1880; Suíça, 1887; Áustria, 1888; Holanda, 1894; Suécia, 1895; Rússia, 1898; França, 1905; nos Estados Unidos, em 1887, constituiu-se um *Socialistic Labour Party*; na Inglaterra, a partir de 1906 o Partido Trabalhista tem forte presença parlamentar; *formação de centrais sindicais confederadas* — Inglaterra, 1868 (*Trade Union Congress*); Espanha, 1888 e 1911 (*Unión General de Trabajadores e Confederación Nacional del Trabajo*); França, 1895 (*Confédération Generale du Travail*); Estados Unidos, 1896 (*American Federation of Labour*); Suécia e Dinamarca, 1898. Recorde-se, ainda, deste período, a constituição, em 1889, da *Segunda Internacional* e, em 1900, da *Internacional Sindical*. Sobre ambos os movimentos, o partidário e o sindical, cf. a síntese oferecida por Bédarida, in Parias, org. (1965, III: 447 e ss.); quanto à Segunda Internacional, cf. especialmente Haupt (1973), Joll (1976) e Kriegel (1986).

94. Um estudioso, cuja atenção está mais voltada para este último aspecto, observa a concorrência de ambos os fenômenos: “Diversos foram, na Europa, os tempos da industrialização; diversos os ritmos e as características em que ela se verificou em cada país. Apesar dessas diferenças, contudo, o processo de formação dos partidos social-democráticos se concentrou substancialmente nos aproximadamente quinze anos que vieram da metade dos anos 70 ao final dos anos 80. As motivações objetivas do processo foram, certamente, gerais, na medida em que ele se realizou em meio a uma profunda depressão econômica que golpeou entre 1873 e 1896 toda a economia mundial: as formas anteriores do movimento operário, associações culturais, sociedades de socorro mútuo, corporações sindicais e toda uma riquíssima variedade de núcleos associativos que reunia os trabalhadores das novas indústrias junto com os trabalhadores das velhas manufaturas foram impelidas em direção a formas de unificação, seja pela formação dos Estados nacionais, seja pelo desenvolvimento industrial, seja, finalmente, pela piora geral das condições de vida e de trabalho em toda a Europa” (Andreucci, in Hobsbawm, org., 1982b: 26).

95. Um resumo, contendo dados quantitativos relevantes, desta conjuntura crítica é apresentado por Bédarida, in Parias, org. (1965, III: 301-305).

que rebatendo diversamente nos vários países, duas das resultantes desta conjuntura são mais ou menos gerais: redução dos postos de trabalho, com desemprego massivo; aviltamento do salário real, acentuando a fome e a miséria⁹⁶. A resposta do movimento operário não vem apenas na forma de grandes greves e mobilizações (recordem-se, como marcos: a greve de 1878, na Inglaterra; as mobilizações operárias de 1886, em Chicago; a greve de 1890, na Alemanha; a revolução russa de 1905); vem plasmada no auge associativo-sindical já mencionado: trata-se de um movimento sindical que responde menos à crise que ao *caráter novo* tanto da emergente organização monopólica do capitalismo — que se engendra também na estratégia burguesa de atenuar as formas tradicionais da crise — quanto da própria classe operária — já basicamente urbanizada e vinculada aos setores dinâmicos da “segunda revolução industrial”.

De outra parte, e em clara conexão com este pano de fundo, incide vigorosamente sobre o movimento operário (e sua dimensão sindical) o vetor revolucionário vinculado ao pensamento de Marx. Parece não haver dúvidas de que é neste período que esta influência penetra os segmentos mais avançados e os setores mais representativos do movimento operário, que passam a identificar-se político-partidariamente como social-democratas⁹⁷. Mas penetra-os não como teoria social: predominantemente, apresenta-se como um sistema — vulgarizado aliás pela sua difusão didática — de referência anticapitalista, o “marxismo”, fortemente contaminado por vieses positivistas⁹⁸. Se este elemento revelar-se-ia profundamente castrador do conteúdo revolucionário do pensamento de Marx, propiciando, no processo mesmo de sua inserção na dinâmica do movimento operário, a contratação reformista do revisionismo de que Bernstein se fez a figura mais conhecida, é inegável que

96. Para análises quantitativas e qualitativas das incidências desta conjuntura de crise, bem como da resposta dos segmentos trabalhadores, cf. especialmente Bédarida, in Parias, org. (1965, III: 301-305, 379 e ss.) e Hobsbawm (1987: 273 e ss.).

97. Sobre esta penetração, cf. especialmente os ensaios de Andreucci, Hobsbawm e Waldenberg, in Hobsbawm, org. (1982b) e Vranicki (1973, I, parte segunda). Está claro que esta penetração — em larguíssima escala operada a partir da influência internacional do partido social-democrata alemão e da sua gravitação no seio da Segunda Internacional — não eliminou, no movimento operário europeu, o influxo de vetores ideológicos distintos — notadamente os reformistas, de cariz proudhoniano. E, como se verá em seguida, ela não se expressou como incorporação plenamente revolucionária da teoria social de Marx.

98. Não é pertinente, aqui, a crítica ao chamado “marxismo da Segunda Internacional”; para indicações elementares acerca do seu conteúdo, cf. Netto (1981).

ele cumpriu uma dupla tarefa no âmbito dos instrumentos de intervenção do proletariado: de um lado, ofereceu-lhe uma referência ideal para a organização política — o partido que reivindica a supressão da ordem burguesa, que reclama a ruptura revolucionária na direção do comunismo; de outro, forneceu-lhe um caldo cultural capaz de integrar as suas agências de corte sindicalista na perspectiva das lutas de classes⁹⁹.

É esse proletariado em rápido processo de organização sindical e político-partidária (com estes dois níveis freqüentemente se entrecruzando e confundindo) que protagoniza o cenário da sociedade burguesa entre a Comuna de Paris e a Primeira Guerra Mundial¹⁰⁰. A impossibilidade de neutralizar as suas intervenções classistas sócio-políticas tão-somente pela via dos mecanismos coercitivos e repressivos tornara-se evidente com a experiência de Bismarck¹⁰¹. Justamente as lutas que, mercê desta organização em dois níveis, a classe operária pôde conduzir compeliram as frações burguesas mais dinâmicas e/ou o sistema estatal a serviço da burguesia (ou envolvido em projetos de desenvolvimento capitalista) a significativas concessões — precisamente aquelas que sinalizam uma inflexão na estratégia da dominação burguesa e que são compatíveis com o emergente ordenamento monopo-

99. Em relação à Alemanha, esta dimensão *integradora* do marxismo do partido social-democrata (e da Segunda Internacional) foi originalmente tematizada por Abendroth (1973: 28-54).

100. As cifras que atestam a velocidade e a intensidade deste processo são abundantes na bibliografia pertinente — e que já citamos. Mas exemplos eloqüentes (extraídos de Bédarida, loc. cit.) devem ser invocados:

a) o crescimento do partido social-democrata alemão, emergente do Congresso de Gotha (1875): 500.000 votos em 1877, 1.500.000 em 1890, 3.000.000 em 1903, 4.250.000 em 1912;

b) o número de trabalhadores sindicalizados: na França, 400.000 em 1893, 750.000 em 1905, 1.025.000 em 1913; na Grã-Bretanha, 1.600.000 em 1892, 2.000.000 em 1905, 3.000.000 em 1911 e mais de 4.000.000 em 1913.

Há duas observações importantes sobre este processo. A primeira é de ordem geral: o crescimento rápido da organização sindical é muito assimétrico, em cada país, se se levam em conta as categorias profissionais; no início do século, na França, o nível de sindicalização “é alto entre os mineiros, cerca de 51%, e entre os trabalhadores das indústrias químicas, cerca de 25%, e muito baixo entre os operários têxteis (5%) e menor ainda na agricultura (1%)” (Bédarida, loc. cit, p. 453). A segunda diz respeito à Grã-Bretanha: aí, o desenvolvimento do movimento sindical não é acompanhado pelo desenvolvimento de um movimento socialista proletário (Gustafsson, 1975: 190 e ss.).

101. Precisamente sob o coturno prussiano de Bismarck, a legislação repressiva contra o movimento operário (1878-1890) revelou-se inepta; sobre este ponto, cf. a célebre “Introdução” (1895) engelsiana à obra de Marx, *As lutas de classes na França (1848-1850)*, in Engels (1981: 207-226).

lista. Trata-se, aqui, das conquistas proletárias que aparecem como os primeiros esboços de política social pública — e não é casual que eles sejam contemporâneos desta dupla organização da classe operária¹⁰². É exatamente porque, ao ingressar a sociedade burguesa na idade do monopólio, o projeto político-social do proletariado euro-ocidental se encontra nitidamente perfilado: é um *projeto anticapitalista*, referenciado por uma *prospecção socialista* e uma *prática sindical classista*. Confrontando-se com este protagonista, as frações burguesas mais dinâmicas vêem-se obrigadas a respostas que transcendem largamente o âmbito da pura coerção, conformando mecanismos que contemplam eixos de participação cívico-política¹⁰³ —, é deste confronto que, enfim, resultarão os parâmetros de convivência democrática que se estabilizou em boa parte das sociedades capitalistas desenvolvidas: nelas, o princípio democrático confundiu-se com as demandas dos trabalhadores.

É o protagonismo proletário, assim, que, na configuração da idade do monopólio, põe a resolução da “questão social” como variável das lutas direcionadas à ultrapassagem da sociedade burguesa. Mas não se trata, somente, da *política* da “questão social”, num andamento antípoda a qualquer visão conservadora ou reacionária: trata-se de visualizar a sua solução como *processo revolucionário*. Isto é: a “questão social” é colocada no seu terreno específico, o do *antagonismo* entre o capital e o trabalho, nos confrontos entre seus representantes; é colocada, porém, como objeto de intervenção revolucionária por agentes que se *auto-organizam* preocupados com a consciência dos fins e a ciência dos meios. Temos, pois, um inteiro redimensionamento históri-

102. Datam deste período as regulamentações das condições de trabalho — quanto à duração da jornada, descanso semanal, contratação de menores, condições específicas do trabalho noturno e insalubre e licença para as mulheres grávidas; cf. Bédarida, in Parias, org. (1965, III: 453 e ss.). Seguros sociais referentes a doenças e acidentes começam a funcionar na Áustria (1888), Noruega (1894), Itália (1898) e França (1901); na Inglaterra, eles só se institucionalizam em 1911 (*National Insurance Act*); somente a partir de 1909 a idéia de um salário mínimo legal começa a ter vigência no continente.

Não é, também, um simples acaso que boa parte dessas protoformas de políticas sociais públicas tenha surgido na Alemanha (seguro doença, 1883; de acidentes de trabalho, 1884; de incapacidade por acidente de trabalho e por velhice, 1889) — eram a contraface das “leis anti-socialistas”, quer atestando a sua inépcia em face do movimento operário, quer a sua intenção de “vincular os operários ao regime imperial” (Bédarida, loc cit., p. 435).

103. As conquistas alcançadas com o processo de organização e luta a que aludimos espalham-se para além do universo proletário e tornam-se patrimônio cívico — pense-se, por exemplo, na reformulação dos sistemas de educação e na extensão do direito de voto.

co-social da própria “questão social” na emersão do ordenamento monopólico.

É um tal protagonismo que condiciona elementarmente o protagonismo burguês na entrada do estágio imperialista. Redefinido também desde os eventos de 1848, ele não se defronta mais com formas de luta carbonárias, diante das quais a borduna policialesca mostrava-se eficiente; agora, tem de enfrentar *lutas políticas de massas*, perpassadas por um projeto político-social que trava combates pela *direção* da sociedade. A borduna não será, jamais, completamente abandonada, mas cede o proscênio para respostas que tendem a ser senão ao preço da sua eficácia, igualmente políticas de massas — o protagonismo burguês tem desenvolvido o seu componente de direção e hegemonia. Cumprir-lhe articular o projeto político-social que seja concorrente ao de seu adversário e, simultaneamente, que atenda às exigências da nova dinâmica econômica.

Um tal projeto não pode deixar de ser *conservador*, dada a condição mesma da burguesia. Entretanto, quer em face das peculiaridades da ordem monopólica, quer do movimento operário, a projeção burguesa do pós-1848 já não basta: há que desenvolver uma estratégia que combine conservantismo e reformismo integrador. Ora, as condições que propiciaram o amadurecimento do proletariado e a sua assunção como *classe para si* também contam para a burguesia. Se, para o seu projeto, ela pode recorrer ao caldo cultural que já sumariamos (cf. seção 1.2), igualmente ela dispõe de reservas de forças para articular *novas* respostas ao redimensionamento da “questão social”.

Dispõe, em primeiro lugar, da sua própria diferenciação, resultante seja da sua reprodução como elite política, seja da sua inserção no comando do sistema produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas não tornou mais complexa apenas a classe operária¹⁰⁴; também afetou em cheio o universo burguês¹⁰⁵: tanto introduziu novas polariza-

104. Fizemos menção, atrás, tão-somente ao fato de a classe operária, neste período, aparecer como urbanizada e vinculada aos setores mais dinâmicos da “segunda revolução industrial”. No entanto, sua diferenciação — se a tomamos entre 1830/1848 e 1870/1890 — é brutal: ela muda quanto à composição categorial (sexo, faixa etária), nível de escolaridade e, muito especialmente, padrões culturais e associativos, diretamente conectados às exigências das grandes unidades produtivas e à crescente divisão de trabalho no seu interior. Para uma síntese destas mutações, cf. principalmente Bédarida (loc. cit., pp. 377-430).

105. Para as modificações aí ocorrentes, vale recorrer à súmula oferecida por Fohlen, in Parias, org. (1965, III: 145-243).

ções (das quais a mais óbvia é o corte entre monopolistas e não-monopolistas) e novas hierarquias (pense-se na proeminência dos segmentos financeiros) no seu marco quanto permitiu-lhe, com o seu divórcio da gestão imediata dos empreendimentos (através do recurso a quadros administrativos especializados), liberar-se para a intervenção nos aparatos públicos — donde, na política burguesa, a coexistência de quadros políticos profissionais exclusivos e quadros na dupla condição de políticos profissionais e empresários. Em segundo lugar, com a ordem monopólica implicando quer um novo relacionamento com as instâncias estatais, quer um novo tipo de integração supranacional das frações burguesas (cf. seção 1.1), graças à própria internacionalização do capital, a burguesia passa a dispor de uma experiência e uma consciência políticas abrangentes, que possibilitam macroestratégias. Enfim, ela pode mobilizar, para o seu projeto, a diferenciação que penetra o movimento operário (como veremos adiante) e a crescente complexidade da mesma estrutura social engendrada pelo ordenamento monopólico (a que adiante também aludiremos).

Com estes recursos — além, naturalmente, do seu enorme potencial de corrupção e cooptação, que radica no seu poderio econômico e na sua supremacia ideológica —, ela pode formular um projeto alternativo e concorrente ao do proletariado, cujo conteúdo conservador se explicita ao abordar a “questão social”, tal como se põe na emersão do monopólio, com um enfoque *despolitizador*. Todo o empenho burguês consiste em *deslocar* a “questão social” do campo da política — em privá-la de uma contextualização classista (donde a retórica da “harmonia” entre capital e trabalho), em torná-la indene de projeções assumidamente políticas (donde a recusa da “ideologização”). O escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio. É dela que derivam as formas típicas, e complementares, da estratégia político-social da burguesia: a *despolitização* surge no tratamento da “questão social” como objeto de *administração técnica* e/ou campo de *terapia comportamental* — e aqui se reconhecem as perspectivas “pública” e “privada” que já tematizamos (cf. seção 1.2)¹⁰⁶. Em qualquer destas formas, estão garantidas, para a

106. A despolitização em tela não diz respeito apenas ao projeto burguês *para a sociedade* — é uma estratégia *global* que se implementa em *todos* os espaços em que a dominação burguesa se exerce. No marco das unidades de produção, por exemplo, esta estratégia aparece

projeção burguesa, as condições da sua reprodução como classe dominante e dirigente, posto que elidam, à partida, a questão da *historicidade* da organização societária: o marco da socialidade burguesa é susceptível de *mudanças*, mas no seu âmbito e interior¹⁰⁷. Com elas, o projeto burguês combina organicamente conservantismo e reformismo: de uma parte, as estruturas nucleares da sociedade burguesa são declaradas o ponto final do processo histórico — com o que se replica à “utopia” comunista; de outra, são reconhecidas como passíveis de aperfeiçoamento — com o que se contesta às demandas proletárias e populares. O *reformismo para conservar* é entronizado como estratégia de classe da burguesia — e nunca sem tensões intra-classe — no capitalismo dos monopólios.

É desnecessário qualquer excursão para indicar que esta inflexão no projeto burguês (inflexão patente, se comparado às proposições burguesas de meados do século XIX) resulta da sua contraposição ao protagonismo operário na passagem do capitalismo concorrencial ao imperialismo. No entanto, ela é mais que isso: incorpora demandas dinâmicas das forças produtivas, assimila elementos do processo teórico-cultural de todo o século XIX e, principalmente, captura muito do que advém, na mesma transição ao ordenamento monopólico, do peso específico que vão adquirindo as camadas sociais intermediárias.

Efetivamente, o conjunto de processos econômico-sociais que marca o ingresso do capitalismo no estágio imperialista engendra uma complexificação na estrutura social que progressivamente confere uma ponderação peculiar às mal chamadas “classes médias”, camadas e categorias entre a burguesia e o proletariado. Se, em meados do século

com nitidez na chamada “gerência científica” — e não é um puro azar que Taylor desenvolva suas idéias e práticas justamente nos anos de emersão do imperialismo. A “gerência científica” tipifica modelarmente a mencionada despolitização na sua evolução pós-Taylor: o que tange aos aspectos “técnicos” cabe à engenharia e ao projeto de trabalho, enquanto o que se refere à “terapia comportamental” é remetido aos departamentos de pessoal, à sociologia e à psicologia industriais. Para um exame cuidadoso da “gerência científica”, cf. Braverman (1987).

107. Não se trata, pois, de uma pura negação das dimensões históricas constitutivas da sociedade — apenas, com a elisão da possibilidade histórica de uma revolução *atual*, elas são remetidas para o *passado*: houve história, já não há. Como Lukács o percebeu em certo passo de *História e consciência de classe*: “O cerne não-histórico, anti-histórico, do pensamento burguês surge em seu aspecto mais patente quando examinamos o problema do presente como problema histórico”.

XIX, estas camadas já eram significativas em alguns países europeus (evoque-se, por exemplo, a análise da estrutura de classes francesa realizada por Marx n' *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*), no seu ocaso possuíam uma gravitação ainda mais expressiva. E — fenômeno mais relevante — já não remetiam a estratos sociais típicos de etapas anteriores do desenvolvimento capitalista: ao contrário, começam a prefigurar grupos e agregados *próprios ao novo estágio de desenvolvimento* — e que viriam a florescer com o período “clássico” do imperialismo: profissionais “liberais”, intelectuais, técnicos especializados etc.¹⁰⁸. O futuro se encarregaria, mercê de um assalariamento irrecorrível, de aproximá-los, em sua grossa maioria, do eixo da massa trabalhadora. No período histórico que estamos examinando, contudo, estes segmentos se revelam *in statu nascendi* e se entremesclam, pois, com os estratos “médios” do período anterior — artesãos altamente qualificados, profissionais de fato liberais, pequeno-burgueses, intelectuais desvinculados de aparatos institucional-organizacionais etc. Esta condição peculiar, compósita e transicional, faz desses agregados sociais um curioso universo ideológico, no qual se localizam propostas de “filisteus” execrados pelos revolucionários proletários, ideais anticapitalistas românticos (que serão um caldo de cultura para as ulteriores contrafações fascistas) e vetores claramente reformistas. Estes últimos merecem atenção especial, porque acabarão por ter uma função ideopolítica singular: vão resgatar a tradição do reformismo (“socialismo”) burguês e adequá-la aos novos tempos.

O reformismo burguês — cujo ponto de partida pode ser rastreado entre alguns discípulos de Ricardo¹⁰⁹ — desenvolve-se durante todo o século XIX, adquirindo expressões muito diferenciadas ao longo do tempo e no espaço. Varia no tempo conforme o nível de maturidade e consciência políticas alcançado pela classe operária, à qual se propõe iluministicamente; varia no espaço conforme o padrão de integração político-social das “classes médias” — assim, envolve o “socialismo verdadeiro” da Alemanha pré-1848, o mutualismo proudhoniano na

108. Nos textos de Bédarida e Fohlen, citados nas notas 104 e 105, há dados sobre estes segmentos intermédios; eles podem ser visualizados ainda no material estatístico com que Bernstein (1975) tentou infirmar a validade do projeto revolucionário proletário; outras indicações aparecem em Braverman (1987).

109. Cf. a análise que deles — em especial, John Gray — faz Marx (1982).

França¹¹⁰, os “socialistas de cátedra” alemães, alguns liberais e/ou radicais ingleses (pense-se em Stuart Mill) etc. Ora confundindo-se com o lastro das utopias anticapitalistas, ora identificando-se com lutas específicas de certas categorias profissionais e sociais (a defesa dos direitos cívicos das mulheres foi um traço bastante característico dele), o reformismo burguês tradicional haveria de submergir com o capitalismo concorrencial, que era, realmente, o seu suporte econômico-social — elementarmente, nas suas mais variadas manifestações, ele consistia em desejar “as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos que dela necessariamente decorrem” (Marx-Engels, 1975: 96)¹¹¹; vale dizer: o capitalismo conservado apenas “em seus lados bons”¹¹². O desenvolvimento das novas formas de organização econômica, a maturação político-ideológica do proletariado e os novos parâmetros da dominação burguesa — em suma, a consolidação da sociedade burguesa — acabariam por retirar-lhe qualquer âmbito de vigência efetiva. Nas novas condições postas pela emergência do ordenamento monopólico, seu destino confirma a antecipação de 1848: “O socialismo burguês só alcança a sua expressão adequada quando passa a ser uma mera figura de retórica” (Marx-Engels, 1975: 97).

Muito de suas temáticas e características, no entanto, será incorporado por um *novo* reformismo — aquele que se gesta, na transição do capitalismo à idade do monopólio, entre os estratos “médios” a que nos referimos. Trata-se, na verdade, de uma incorporação *seletiva*: o novo reformismo vai recuperar elementos do reformismo e do socialismo burgueses tradicionais numa perspectiva diversa — vai compatibilizá-los com o perfil da ordenação societária posta pela organização monopólica. Expressará sua vontade de reforma sem os utopismos do

110. Recorde-se que, n’*O manifesto do partido comunista*, quando é tratado “o socialismo conservador ou burguês” (cap. III, 2), o único autor nomeado é justamente Proudhon; Sismondi aparece, em troca, como “cérebro” do “socialismo pequeno-burguês” (Marx-Engels, 1975: 96 e 90).

111. Para uma proto-história do Serviço Social, esta caracterização marx-engelsiana deve contar especialmente; veja-se a composição dos “burgueses socialistas”: “[...] Economistas, filantropos, humanitários, melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de ligas antialcoólicas, reformadores ocasionais dos mais variados” (Marx-Engels, 1975: 96).

112. Recorde-se, a propósito, o sarcasmo marxiano, referido a Proudhon e ao pensamento socialista burguês em geral, acerca dos “lados bom e mau” dos fenômenos e processos sociais (Marx, 1985).

passado, e de modo adequado à racionalidade particular da ordem emergente. Será pragmático e colocar-se-á como demanda simultaneamente técnica e ética: proporá mudanças cuja *viabilidade* é o aval da sua *legitimidade*.

Esse novo reformismo tem elementos esparsos em toda a Europa, no período que estamos examinando. A sua cristalização exemplar, todavia, surge — e, repita-se a fórmula, não por acaso — na Inglaterra¹¹³: aparece na programática da Sociedade Fabiana¹¹⁴. Explicitada desde o outono de 1888, na série de conferências “Fundamentos e perspectivas de futuro do socialismo” — um ano depois reunidas em volume que ficaria famoso (Vv. Aa., 1962) —, esta programática consubstancia uma projeção “socialista” inteiramente ao gosto dos novos estratos “médios” e facilmente digerível pelo conservadorismo da burguesia monopolista. Propondo um “socialismo” que se desenvolve no interior do próprio marco burguês (ou seja: sem supor uma *ruptura* política com ele) mediante a estatização, a municipalização e a política fiscal, os fabianos estabelecem um projeto político gradualista e parlamentar-constitucional¹¹⁵ e se lançam a um ambicioso esforço de divulgação e difusão das suas idéias (Gustafsson, 1975: 203 e ss.) que, graças ao prestígio de algumas de suas lideranças — como Shaw, por exemplo —, encontra significativa repercussão na opinião pública.

Esta repercussão é tanto mais favorecida quanto, no interior do próprio movimento operário socialista, surgem diferenciações de natureza sócio-econômica que, articuladas a fenômenos imbricados no processo de organização sindical e política do proletariado, jogam no sen-

113. Justamente na Inglaterra se apresentavam as condições de maior maturação dos estratos “médios” que constituíam a base social desse novo reformismo — bem como surge na ilha, primeiramente, a “aristocracia operária” a que aludiremos adiante.

114. A Sociedade Fabiana, que se funda em janeiro de 1884, mereceu cuidadoso exame de Gustafsson (1975), que estuda suas relações com a tradição marxista e a obra de Bernstein. Como observa aquele autor, o fabianismo “nasceu, inicialmente, como um movimento burguês de reforma, sem nenhum contato com a classe ou o movimento operário nem com o socialismo” (p. 193).

115. Cf. a argumentação de S. Webb (in Vv. Aa., 1962: 63 e 66): “Todos os conhecedores da sociedade, que não sejam prisioneiros do passado, sejam socialistas ou individualistas, estão conscientes de que as transformações orgânicas importantes só são viáveis nas seguintes condições: 1ª) têm que ser democráticas e, portanto, aceitáveis para a maioria do povo e preparadas na consciência de todos; 2ª) têm que efetivar-se gradualmente, para que não se produzam comoções, qualquer que seja o ritmo do progresso; 3ª) não podem ser vistas como imorais pela massa do povo [...]; e 4ª) têm que seguir um curso [...] constitucional e pacífico”.

tido de engendrar um campo de convergência com este novo reformismo. Realmente, o novo reformismo se desenvolve paralelamente à emergência do que, na vertente interpretativa do pensamento derivado de Marx, ficaria conhecido como *revisionismo*¹¹⁶. Não é possível discutir neste lugar os condicionantes globais deste fenômeno que, se teve em Bernstein (1975) o seu expoente canônico, foi de fato algo internacional, percorrendo praticamente todas as expressões nacionais do movimento operário (Gustafsson, 1975). Cabe destacar, entretanto, que o chamado revisionismo, para além de componentes teóricos e culturais muito particulares, deve ser relacionado principalmente a dois dados factuais do período: de uma parte, o surgimento, no interior da classe operária, de um segmento diversificado, cujos interesses colidiriam com qualquer projeção revolucionária — a aristocracia operária, típico fruto da emersão do monopolismo¹¹⁷; de outra, no âmbito organizacional dos sindicatos e partidos operários, o aparecimento de uma camada de funcionários cujo desempenho de corte fundamentalmente burocrático conduzia-a a posturas conservadoras¹¹⁸. A “revisão” de Marx, capitaneada por Bernstein, vai no sentido das expectativas desses dois estratos e encontra aí um suporte social de monta, mesmo que seja prudente não reduzi-la sociologicamente a uma derivação dela¹¹⁹.

A programática “revisionista” não se identifica sumariamente com o novo reformismo burguês de que é agência privilegiada a Sociedade Fabiana — embora, na versão bernsteiniana, tenha sido elaborada sob sua influência (Gustafsson, 1975). Entretanto, é perfeitamente compatível com ele em seus principais itens estratégicos: a recusa da ruptura

116. O debate em torno do revisionismo, contemporâneo e posterior à sua emergência, fez correr rios de tinta, envolvendo as figuras de proa do movimento revolucionário — R. Luxemburg, K. Kautsky, Lênin et alii. Uma obra de referência obrigatória, com vasto rol de fontes, é a de Gustafsson (1975); para informações adicionais, cf. as “histórias do marxismo”: Vranicki (1973), Gerratana (1972), Vv. Aa (1976-1977), Hobsbawm, org. (1979 e 1982a) e Kolakowski (1985).

117. Também é vastíssima a bibliografia marxista que tematiza a questão da aristocracia operária; para uma discussão diferenciada, cf. Weber (1977) e Hobsbawm (1987).

118. Igualmente larga é a bibliografia que trata da burocratização das formas organizacionais do movimento operário (no interior da qual o ponto de vista não-revolucionário teria expressão “clássica” em Michels, 1965); como referências elementares, cf. Abendroth (1973), Gustafsson (1975) e Weber (1977).

119. A complexidade do chamado revisionismo (cf. nota 116) demanda uma análise que não pode ser encetada aqui. Cabe, todavia, assinalar que nele se formulam problemas extremamente pertinentes, que a vulgarização do pensamento de Marx não respondia à época.

política com os marcos burgueses, o gradualismo, o pragmatismo e, muito especialmente, o evolucionismo — síntese fundamental do seu projeto político, concepção conforme a qual a transição socialista estaria inscrita inexoravelmente na lógica do desenvolvimento histórico-social (Bernstein, 1975). Essencialmente, a programática “revisionista” pode ser pensada como a face operária do novo reformismo burguês.

A efetiva convergência entre essas duas proposições parece denotar que ambas expressam e refratam um complexo de fenômenos e processos de larga duração histórica — de fato, como o desenrolar posterior da sociedade burguesa consolidada e madura haveria de mostrar, estas duas vertentes conformariam o leito por onde se desenvolveria toda a projeção do “socialismo democrático”, nutriz do amplo espectro de forças sociais e políticas alinhadas com o ideário social-democrata tal como este se definiu no seguimento da fratura que, no decurso da Primeira Guerra Mundial e potenciada pela revolução bolchevique e suas incidências, dilacerou o movimento operário. Escapa aos nossos objetivos, aqui, apanhar o processamento desta história, posto que nosso interesse consista em mapear apenas os projetos societários mais significativos em presença no cenário histórico-social quando da emergência da ordem monopólica.

De fato, neste momento histórico, *tais projetos não se esgotam em termos de uma dicotomia (projeto proletário/projeto burguês) nem implicam uma referencialidade direta às classes e estratos componentes da estrutura social*. Antes, eles desenham um mosaico variegado, um panorama espectral e matizado, onde comparecem projeções complementares e colidentes — desde componentes de pura restauração anticapitalista, de reacionarismo aberto, a elementos de pleno evasão em direção a um futuro nebuloso¹²⁰. Mesmo se se tiver em mira a burguesia e o proletariado, exclusivamente, *é impossível detec-*

120. Amostra privilegiada desse panorama espectral é o campo de condensação ideológica constituído pela Igreja católica na segunda metade do século XIX. Não há nenhuma dúvida de que seu vetor compreende especialmente o veio do conservadorismo — e, nele, Leão XIII até parece um “modernizador”, se comparado a Pio IX, extraordinário exemplo de reacionarismo e obscurantismo (Pio IX, 1951). Igualmente, não há dúvidas de que, no período, o catolicismo não contribuiu com qualquer aporte para propostas socialistas operárias (Hobsbawm, 1987). No entanto, no seu campo de condensação vão abrigar-se variadíssimas proposições societárias — das puramente restauradoras às que procuravam “harmonizar” capital e trabalho —, constituindo um pólo ideológico de imantação *multiclassista* cuja natureza polifacética seria equívoco ignorar.

tar projetos únicos em cada um de seus territórios¹²¹. Mas parece-nos legítimo, para nossos fins, operar a extração, numa ótica retrospectiva, por via de inferência a partir de construções ideais, dos projetos sócio-políticos significativos dos protagonistas histórico-sociais significativos — donde o privilégio que concedemos às projeções proletária-revolucionária, conservadora-burguesa e reformista-“revisionista”, sempre mantendo a insinuação de que seus rebatimentos não coincidem, necessariamente, com as fluidas fronteiras de classes.

É óbvio que a articulação destes projetos distintos com as práticas sociais e políticas das classes e frações de classes passa por mediações extremamente complicadas, só passíveis de levantamento através de análises conjunturais precisas. Igualmente, é óbvio que tais práticas não se explicam somente a partir dos seus parâmetros ideais, dos projetos que as referenciam. Mas é indubitável que esses projetos conformam em medida considerável os protagonistas daquelas práticas, num jogo em que se alteram, em ritmo diferencial, projetos e práticas. A configuração societária que se ergue sobre o ordenamento monopólico só pode ser apreendida na escala em que foi construída por protagonistas que, em alguma proporção, atuaram segundo projetos determinados: aquela configuração resulta como *produto involuntário e inintencional de intervenções voluntárias e intencionais* de agentes portadores de um nível variado de consciência acerca de meios e fins.

Entendemos que as três projeções que viemos de resumir desempenharam um papel central no comportamento dos protagonistas histórico-sociais que se confrontaram na emersão do capitalismo dos monopólios — não eram as únicas que estavam em presença, mas foram as *decisivas*: orientaram em alguma medida a movimentação das representações e frações mais expressivas das classes sociais na sua colisão; de alguma maneira, inscreveram-se nas instituições específicas da sociedade burguesa madura e consolidada. Do enfrentamento das estratégias que elas viabilizaram, em graduação distinta, redunda-

121. No interior mesmo do campo de cada um desses projetos, o cenário era multifacético e plurívoco — somente assinalamos o que neles ganhou hegemonia. Não se pode esquecer, porém, no bojo do campo proletário, a incidência de vetores socialistas claramente *estatistas* (recorde-se a importância da influência de Lassale); no campo burguês, talvez o corte mais significativo tenha sido o que distinguiu os projetos dos setores monopolistas daqueles países onde a unidade nacional foi resultante de processos sociais que determinaram a ampliação da participação política daqueles de países onde a unificação e a construção do Estado nacionais — além de tardia — se deu pelo recurso a mecanismos elitistas e excludentes.

ram estruturas, instituições e políticas que marcam a organização da vida social na ordem monopólica.

1.4. A emergência do Serviço Social como profissão

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que tangenciamos nas seções precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social¹²² perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear.

Esta crônica, geralmente rica em informações acerca do itinerário que leva dos intentos de racionalização da assistência (a partir da segunda metade do século XIX) à criação dos primeiros cursos de Serviço Social (na passagem do século XIX ao XX), está predominantemente assentada numa tese simples: a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização” da filantropia e cuja culminação se localizaria na gradual incorporação, pelas atividades filantrópicas já “organizadas”, de parâmetros teórico-científicos e no afinamento de um instrumental operativo de natureza técnica; em suma, das protoformas do Serviço Social a este enquanto profissão, o evolver como que desenharia um *continuum*. A tese, inscrita ora em análises ingênuas, ora em investigações mais pretensiosas, comparece em autores que se situam nas posições teóricas e ideológicas mais diferentes¹²³ — o que lhe confere uma aura de prestigioso consenso. Sua debilidade, para além do traço

122. A bibliografia sobre a emergência profissional do Serviço Social já constitui um acervo relativamente ponderável. Entre o material que examinamos e que é pertinente a esta temática, destacamos: Richmond (1930), Sand (1932), Finck (1949), Pumphrey e Pumphrey, orgs. (1967), Kruse (1967), Faleiros (1972), Kisnerman (1973, 1976), Ander-Egg et alii (1975), Axinn e Levin (1975), Lima (1975), Lubove (1977), Vieira (1977), Leiby (1978), Almeida (1979), Trattner (1979), Aguiar (1982), Iamamoto (1982), Castro (1984), Sá (1984), Verdès-Leroux (1986), Mouro e Carvalho (1987) e Maranelli (1989).

123. Ela é óbvia num profissional tão tradicionalista como Vieira (1977) e tácita num renovador como Lima (1975).

mecanicista que exhibe com evidência maior ou menor¹²⁴, é indiscutível: mostra-se inepta para dar conta de um elemento central do processo sobre o qual se debruça — *o fundamento que legitima a profissionalidade do Serviço Social*; em face desta questão axial, a solução recorrente é a de atribuir esse suporte especialmente ao sistema de saber que passa a enformar o Serviço Social. Vale dizer: a legitimação profissional é localizada no embasamento teórico¹²⁵. O que permanece intangível para esta angulação é precisamente o que, a nosso juízo, constitui o efetivo fundamento profissional do Serviço Social: a criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta — mais exatamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam este agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho.

É óbvio que a generalização e a persistência da angulação tradicional a que nos referimos sinalizam mais que um equívoco analítico dos muitos autores que com ela se solidarizam. Acreditamos que na sua base está um componente que, factual, recebe um tratamento que o enviesa. Trata-se da *relação de continuidade* que efetivamente existe entre o Serviço Social profissional e as formas filantrópicas e assistenciais desenvolvidas desde a emergência da sociedade burguesa¹²⁶. Esta relação é inegável e, em realidade, muito complexa; de um lado, compreende um universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo — ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos — a

124. Esta linearidade mecanicista, que diríamos quase paradigmática na auto-representação do Serviço Social, aparece nítida já em Sand (1932: 27): “Através dos séculos, assistimos a um desencadear contínuo preparando a evolução que conduziu da concepção individualizada da assistência a uma concepção sociológica; da filantropia ao sentido cívico; da caridade empírica e dispersa a um Serviço Social organizado”.

125. A problemática aludida neste passo será debatida no Capítulo 2.

126. É preciso circunscrever com rigor o período histórico em que esta continuidade se revela — sem este cuidado, o *continuum* não se estabelece entre filantropia organizada e Serviço Social, mas entre a nebulosa noção de *ajuda* e a profissão. O que se tem, então, é um espaço aleatório, que tanto pode remeter à Antiguidade pré-cristã (Vieira, 1977) como às sociedades autóctones americanas pré-colombianas (Ander-Egg et alii, 1975). Também este ponto será tratado diferencialmente no Capítulo 2.

Igreja católica. Como adiante se verá (cf. Capítulo 2), as implicações de uma tal continuidade afetam medularmente o Serviço Social; menosprezá-la ou reduzi-la não contribui para a compreensão da profissão; no entanto, ademais de explicável, ela está longe de fornecer a chave para dilucidar a profissionalização do Serviço Social.

De uma parte, ela se explica porque um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre a sociedade ou da intervenção sobre os processos sociais, não se cria a partir do nada. A constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam. De outra, porque, na seqüência, quando se conformam as referências e práticas próprias do novo agente, estas nem sempre implicam a supressão quer do *background* ideal, quer dos suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo. No caso particular do Serviço Social, este processo ocorreu exemplarmente, de modo que a relação de continuidade manifestou-se com invulgar clareza¹²⁷, criando, para observadores pouco atentos, a ilusão de se estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um mero desenvolvimento imanente.

Entretanto, a relação de continuidade não é única nem exclusiva — ela coexiste com uma *relação de ruptura* que, esta sim, se instaura como decisiva na constituição do Serviço Social enquanto profissão. *Substantivamente, a ruptura se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade.* O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes — *ainda que desenvolvendo uma auto-representação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade* — se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do

127. *E tanto mais quanto a influência institucional da Igreja católica se manteve durante todo o período da profissionalização e mesmo quando esta já se consolida.* A capacidade articuladora e coesionadora da Igreja, aqui, revelou-se extraordinariamente na medida em que ela não se limitou a disputar vigorosamente a direção ideológica do processo de profissionalização, mas especialmente empenhou-se em garanti-la mediante um *dispositivo organizacional* de incidência macroscópica — quanto a isto, é suficiente pensar em iniciativas como a *União Católica Internacional de Serviço Social* (UCISS, de 1922).

seu controle¹²⁸. Esta inserção — em poucas palavras, a localização dos agentes num *topus* particular da estrutura sócio-ocupacional —, quase sempre escamoteada pela auto-representação dos assistentes sociais¹²⁹, marca a profissionalização: precisamente quando passam a desempenhar papéis que lhes são alocados por organismos e instâncias alheios às matrizes originais das protoformas do Serviço Social é que os agentes se profissionalizam. Não se trata de um deslocamento simples: as agências em que se desenvolvem as protoformas do Serviço Social pensam-nas e *realizam-nas* como conjunto de ações não só derivadas menos de necessidades ou demandas sociais do que de impulsões ético-morais, mas especialmente como atividades exteriores à *lógica do mercado* (e daí também o privilégio do trabalho gracioso e voluntário, “comunitário”); apenas quando saltam para fora dessas agências, ou quando elas passam a subordinar-se a uma orientação diversa, é que os agentes podem empreender o caminho da profissionalização — ainda que, repita-se, nesta passagem, conservem o referencial ideal produzido naquelas agências. O deslocamento em tela não é simples porque pode dar-se (e, efetivamente, deu-se) não só com a manutenção do referencial ideal anterior como, principalmente, com a conservação de práticas a ele conectadas¹³⁰ — o que o deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a *condição do agente* e o *significado social da sua ação*; o agente passa a inscrever-se numa *relação de assalariamento* e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da *reprodução* das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as conseqüências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho).

128. É interessante observar, ao longo de toda a evolução do Serviço Social profissional, como esta tensão entre os “valores da profissão” e os papéis que objetivamente lhe foram alocados resultou numa *hipertrofia* dos primeiros na auto-representação profissional — resultou num *voluntarismo* que, sob formas distintas, é sempre flagrante no discurso profissional.

129. Não cabe aqui a análise das razões pelas quais a auto-representação do Serviço Social quase sempre contribui para dissimular o processo efetivo da sua profissionalização. Cumpre apenas anotar o que nos parece conter uma das essencialidades dessas motivações: ao eticismo do anticapitalismo romântico que originalmente enforma a sua vontade de intervenção repugna o reconhecimento da mercantilização da sua ação — o signo mais evidente da profissionalização no marco das relações sociais burguesas.

130. Sobre este ponto, que condicionará em boa medida as formas de legitimação da ação do Serviço Social, também retornaremos no próximo capítulo.

Ora, um tal mercado não se estrutura, para o agente profissional, mediante as transformações ocorrentes no interior do seu referencial ou no marco da sua prática — antes, estas transformações expressam exatamente a estruturação do mercado de trabalho; na emergência profissional do Serviço Social, não é este que se constitui para *criar* um dado espaço na rede sócio-ocupacional, mas *é a existência deste espaço que leva à constituição profissional*. Donde a relevância da argumentação acima afirmada: não é a *continuidade* evolutiva das protoformas ao Serviço Social que esclarece a sua profissionalização, e sim a *ruptura* com elas, concretizada com o deslocamento aludido, deslocamento possível (não necessário) pela instauração, *independentemente das protoformas*, de um espaço determinado na divisão social (e técnica) do trabalho.

Trata-se, justamente, do espaço que se engendra na sociedade burguesa quando o monopólio se consolida, no conflituoso processo cujos passos principais esboçamos anteriormente. É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social¹³¹. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*¹³². É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter *profissional*: a legitimação (com uma simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da *ocupação* de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular *juridicamente caucionada* e reiterável segundo procedimentos reconhecidos pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza,

131. É desnecessário observar que, com a emersão e a consolidação da ordem monopólica, se dão as condições histórico-sociais para o surgimento de todo um *novo elenco de profissões*. Nosso interesse nos leva a restringir nossa reflexão apenas ao Serviço Social — sem que isto signifique qualquer privilégio para esta profissão.

132. Por isto mesmo, não é um acidente cronológico que a institucionalização do Serviço Social coincida rigorosamente com os limites historiográficos do — como vimos na certa caracterização de Mandel (seção 1.1) — *período clássico do imperialismo*. Uma síntese daquela institucionalização encontra-se em Martinelli (1989: 101-108).

se independentiza de confessionalismos e/ou particularismos¹³³. A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio; enquanto profissão, o Serviço Social é indivorciável da ordem monopólica — ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social.

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que, na divisão social (e técnica) do trabalho a ela pertinente, propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a “questão social”, tipificadas nas políticas sociais (cf. seção 1.1). Estas, ademais das suas medulares dimensões políticas, se constituem também como conjuntos de procedimentos técnico-operativos; requerem, portanto, agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e o da sua implementação. Neste último, em que a natureza da prática técnica é essencialmente *executiva*, põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se aloca prioritariamente no patamar terminal da ação executiva — o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas seqüelas e refrações da “questão social” recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o *mercado de trabalho* para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais*. Os *loci* que passa a ocupar na estrutura sócio-ocupacional circunscrevem-se no marco das ações executivas, marco que, ele mesmo, contempla procedimentos diferenciados (da administração microscópica de recursos à implementação de “serviços”). O campo para o desenvolvimento das atribuições profissionais, a partir dos *loci* então criados, é verdadeiramente muito amplo. Por um lado, a natureza inclusiva da política social (v.g., a tendência a se formularem políticas setoriais num leque cada vez maior) e o caráter tendencialmente tentacular dos “serviços” (dada a sua funcionalidade para obviar os óbices à valorização monopólica e para gerir as demandas das massas trabalhadoras) põem como objeto de interven-

133. A laicização, tanto mais afirmada quanto mais nítido é o estatuto profissional, não exclui uma auto-representação com traços confessionais nem, menos ainda, a pretensão de organizações confessionais em direcionar as referências e as práticas dos profissionais. Os indicadores efetivos da laicização são, por um lado, a regulamentação compulsória e pública (estatal) da formação e do desempenho profissionais e, por outro, a diferenciação ideal (teórico cultural, ídeo-política) interna da categoria profissional.

ção um progressivamente maior elenco de situações. Por outro, a alternância e/ou a coexistência dos enfrentamentos “público” e “privado” das manifestações da “questão social” oferecem a possibilidade da “especialização” dos profissionais neles envolvidos.

A constituição do mercado de trabalho para o assistente social pela via das políticas sociais — e recorde-se que aqui fazemos referência às políticas sociais do Estado burguês no capitalismo monopolista — é que abre a via para compreender simultaneamente a continuidade e a ruptura, antes aludidas, que assinalam a profissionalização do Serviço Social. De uma parte, recuperam-se formas já cristalizadas de manipulação dos vulnerabilizados pelas seqüelas da “questão social”, assim como parcela do seu lastro ideal (ancorado no pensamento conservador, que aporta elementos para compatibilizar as perspectivas “pública” e “privada” — (cf. seção 1.2). De outra, com a sua reposição no patamar das políticas sociais, introduz-se-lhes um sentido diferente: a sua funcionalidade estratégica passa a dimanar dos mecanismos específicos da ordem monopólica para a preservação e o controle da força de trabalho. Em qualquer caso, porém, há que ressaltar que o componente de ruptura não exclui, antes supõe, tanto no processo da emergência profissional quanto no seu desenvolvimento, padrões de intervenção e de representação engendrados no seio de agências externas ao Estado e promotoras de políticas sociais próprias (privadas) — e isto porque, como já anotamos, o desenvolvimento do monopólio tende a subordinar tais políticas à lógica e à estratégia daquelas deflagradas pelo Estado por ele capturado¹³⁴.

134. Esta notação é importante por duas razões. Primeira: o fato de as políticas sociais (públicas) instaurarem o espaço *profissional* para o Serviço Social não significa, imediatamente, que seja o Estado o detonador de processos de constituição da categoria profissional; significa apenas que são elas que suportam o reconhecimento profissional do Serviço Social, cuja dinamização pode partir inclusive de grupos/instituições sociais em conflito com o Estado (pense-se, por exemplo, nas complexas relações entre a Igreja católica e os Estados francês e brasileiro nas décadas, respectivamente, primeira e terceira do século XX).

Segunda: o mesmo fato não implica que às agências estatais incumbidas da execução de políticas sociais se aloque a força de trabalho profissional; aqui, o que é relevante não é o caráter oficial ou não da organização a que se vincula o assistente social, *mas a estratégia de intervenção a que ela se articula* (pense-se, por exemplo, no caráter das organizações que original e primordialmente empregaram assistentes sociais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos).

Ao referido sentido diferente, por outro lado, hipoteca-se o desvendamento seja da inserção da profissão na estrutura sócio-ocupacional, seja dos papéis particulares que lhes são atribuídos. Enquanto interveniente nos mecanismos elementares da preservação e do controle da força de trabalho e, simultaneamente, nos “serviços” que o Estado aciona para reduzir o conjunto de óbices que a valorização do capital encontra na ordem monopólica, o Serviço Social não desempenha funções produtivas, mas se insere nas atividades que se tornaram acólitas dos processos especificamente monopólicos da reprodução, da acumulação e da valorização do capital¹³⁵; o caráter efetivamente não-liberal do seu exercício profissional (salvo em situações inteiramente atípicas) radica menos na sua inserção naquele arco de atividades do que na natureza executiva do seu ofício, que só pode ser realizada pela mediação organizacional de instituições, públicas ou não¹³⁶ — donde a massividade da relação profissional assalariada. Tais atividades, no caso do Serviço Social, configuram um complexo compósito de áreas de intervenção, onde se entrecruzam e rebatem todas as múltiplas dimensões das políticas sociais e nas quais a ação profissional se move entre a *manipulação prático-empírica de variáveis* que afetam imediatamente os problemas sociais (tal como os caracterizamos na seção 1.2) e a *articulação simbólica* que pode ser constelada nela e a partir dela. Realmente, a ação profissional se desdobra nestes dois níveis, imbricados mas não necessariamente sincronizados. De uma parte, a natureza interventiva que é própria do Serviço Social se revela na escala em que a implementação de políticas sociais implica a alteração prático-imediata de situações determinadas; de outra, é componente desta intervenção uma representação ideal que tanto orienta a ação alteradora quan-

135. É exemplar, aqui, a formulação de Yamamoto (in Yamamoto e Carvalho, 1983: 86): “Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho”.

136. A hipótese de um Serviço Social correndo por fora do marco institucional — que, em meados da década de setenta, ganhou corpo entre segmentos renovadores da profissão, contando então inclusive com a nossa parcial adesão —, *independentemente da sua inspiração teórica e ideológica*, converte-o, no limite, numa modalidade de intervenção que só pode embasar-se num *militantismo* fundado em suportes extraprofissionais.

to a situação em causa¹³⁷. Vale dizer: a intervenção profissional reproduz, na sua consecução, as dimensões da *resposta integradora* pertinentes à essência das políticas sociais.

Por todo o exposto e pelo acúmulo já obtido em parcela significativa da literatura crítica do Serviço Social (especialmente os autores identificados com o chamado *movimento de reconceptualização*), é supérfluo observar que a profissão emerge com o privilégio das suas potencialidades legitimadoras em face da sociedade burguesa — não é apenas o seu enraizamento na vertente do pensamento conservador que a torna extremamente funcional para conceber (e tratar) as manifestações da “questão social” como *problemas* autonomizados, para operar no sentido de promover a psicologização da socialidade e para jogar nos vetores da *coesão social* pelos condutos da “reintegração” dos acometidos pelas *sociopatias*. Mais que este lastro (tangenciado nas seções 1.2 e 1.3 e a que retornaremos no próximo capítulo), conta na sua dimensão e funcionalidade simbólicas o investimento estratégico do projeto de classe predominante e decisivo no interior da burguesia quando da emersão do monopólio (cf. seção 1.3) — enquanto profissão, o Serviço Social não é uma possibilidade posta somente pela lógica econômico-social da ordem monopólica: *é dinamizada pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro desta ordem*. Seu travejamento ídeo-político original, portanto, não deixa lugar a dúvidas: numa apreciação macroscópica, ele tende ao “reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (Iamamoto, in Yamamoto e Carvalho, 1983: 97). Está clara, nesta determinação, a conexão entre o Serviço Social e o protagonismo proletário que já indicamos (seção 1.3) — *uma conexão reativa*.

Este travejamento original — como, aliás, salienta corretamente a autora que acabamos de citar — enforma a representação e a auto-representação no Serviço Social como *tendência dominante*, mas não pode ser tomado como o único vetor operante no seu universo ideal e simbólico. As razões da sua força e vitalidade foram amplamente ana-

137. Esta intervenção a dois níveis, referendada aos traços caracteristicamente econômico-sociais da ordem monopolista (tal como os resumiamos na seção 1.1), foi bem esclarecida por Yamamoto (in Yamamoto e Carvalho, 1983: 97-123), sendo inteiramente supérfluo sintetizá-la aqui.

lisadas pelos estudiosos mais modernos da história da profissão e, ainda que de forma nem sempre a mais adequada, são hoje algo mais ou menos estabelecido entre os setores mais críticos da categoria — e não há porque repeti-las aqui¹³⁸. O que importa é ressaltar que este vetor, no próprio processo de profissionalização do Serviço Social, encontra a concorrência de um conjunto de componentes que segrega elementos que tendem a problematizá-lo como eixo exclusivo das referências ideais da profissão. Em primeiro lugar, ele não se ergue como um projeto sócio-político particular, mas como uma articulação compósita de restauração e conservantismo que, condensada especialmente no campo da imantação ideológica da Igreja católica, é capturado e instrumentalizado pelo projeto conservador (este sim, sócio-político e de classe) burguês; nesta captura e integração, que não ocorre sem tensões, ele caminha para a laicização — e eis que vai interagir com outros projetos sócio-políticos, principalmente com o novo reformismo burguês de estratos médios (cf. seção 1.3); à medida que avança o processo de profissionalização, a interação progressivamente se acentua. Em segundo lugar, a base própria da sua profissionalidade, as políticas sociais, conformam um terreno de conflitos — e este é o aspecto decisivo —: constituídas como respostas tanto às exigências da ordem monopólica como ao protagonismo proletário, elas se mostram como territórios de confrontos nos quais a atividade profissional é tensionada pelas contradições e antagonismos que as atravessam enquanto respostas. Ou seja: a prática do exercício profissional abre a possibilidade, posto que inscrita numa dinâmica instaurada molecularmente pelos enfrentamentos de classes e frações de classes, para que rebatem no seu referencial ideal os projetos dos vários protagonistas sócio-históricos. Originalmente articulado para servir a um desses projetos, o arcabouço ideológico do Serviço Social não escapa ao jogo de forças ídeo-políticas que percorre a ordem burguesa: quanto mais se profissionaliza, menos se mostra refratário a pressões de outros projetos — à medida que avança como atividade vocacionada para manipular as respostas que o Estado

138. Especialmente com o chamado movimento de reconceptualização, que se nutriu de uma crítica basicamente ideológica do passado profissional, os valores do Serviço Social se viram colocados em questão; da bibliografia que pôs em xeque a vertente em que se inscrevem aqueles valores, configuradora da tendência dominante mencionada, destaque-se: Kruse (1967), Faleiros (1972), Kisnerman (1973, 1976), Lima (1975) e Yamamoto (1982).

Quanto à forma em que esta crítica se vulgarizou, não há dúvidas de que ela acabou por ser sintetizada em clichês simplistas, do gênero “a profissão é uma arma a serviço da burguesia”.

burguês no capitalismo monopolista oferece institucionalmente às manifestações da “questão social”, também se vulnerabiliza como projeto de intervenção umbilicalmente vinculado a um só protagonista sócio-histórico.

Emergindo como profissão a partir do *background* acumulado na organização da filantropia própria à sociedade burguesa, o Serviço Social desborda o acervo das suas protoformas ao se desenvolver como um produto típico da divisão social (e técnica) do trabalho da ordem monopólica. Originalmente parametrado e dinamizado pelo pensamento conservador, adequou-se ao tratamento dos problemas sociais quer tomados nas suas refrações individualizadas (donde a funcionalidade da psicologização das relações sociais), quer tomados como seqüelas inevitáveis do “progresso” (donde a funcionalidade da perspectiva “pública” da intervenção) — e desenvolveu-se legitimando-se precisamente como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no âmbito das políticas sociais. Em sua profissionalidade, revela-se congruente com as exigências econômico-sociais da ordem monopólica; sua intervenção desenha um aporte ao desempenho do Estado burguês e do comando do capital monopolista para a reprodução das condições mais compatíveis com a lógica da valorização que se põe neste marco¹³⁹. A estrutura mesma dessa profissionalidade, todavia, contém possibilidades que oferecem efetivas margens para movimentos alternativos no seu interior: nas mediações que o Estado vê-se compelido, pela ação de classes e frações de classes, a introduzir no trato sistemático das refrações da “questão social”, o Serviço Social pode desincumbir-se das suas tarefas contemplando diferencialmente os vários protagonistas sócio-históricos em presença. A opção por um tratamento privilegiado de qualquer um deles, porém, não é função de uma escolha pessoal dos profissionais — ainda que a suponha, é variável da ponderação social e da força polarizadora dos protagonistas mesmos.

139. Na bibliografia mais recente do Serviço Social, pelo menos três autores estudaram, com enfoques e graus de profundidade diferentes, a congruência e o aporte aqui aludidos: Faleiros (1980), ainda que sem tematizar explicitamente o Serviço Social, faz interessantíssimas observações sobre a função da previdência e da assistência sociais no marco daquela lógica, abrindo a via para a compreensão do significado social da intervenção do assistente social; Yamamoto (in Yamamoto e Carvalho, 1983) discute competentemente, depois de decifrar o sentido dos serviços sociais, o papel do Serviço Social na reprodução da força de trabalho e na reprodução de seu controle ideológico; Galper (1986) oferece matizada contribuição para desvelar a natureza econômico-social e ídeo-política das intervenções concernentes ao “bem-estar social na sociedade capitalista”.

O campo do Serviço Social, como pretende sustentar a nossa argumentação, é demarcado e tensionado pela conjunção de uma dupla dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio-históricos na emergência da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio-ocupacional, todo um caldo cultural se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas. Ambas as dinâmicas se inscrevem no tecido armado pelo jogo das forças das classes sociais, ainda que não sejam diretamente redutíveis a este — postos o peso específico e a configuração peculiar dos vetores constitutivos daquele caldo cultural¹⁴⁰.

A esta altura, torna-se pertinente sumariar, muito sinoticamente, o processo da primeira daquelas dinâmicas — exatamente as condições histórico-sociais na emergência do Serviço Social.

O desenvolvimento capitalista alcança o seu patamar mais alto na ordem monopólica que traveja a sociedade burguesa consolidada e madura. A institucionalidade sócio-política que lhe é própria não redundando imediatamente das exigências econômicas do dinamismo do capital monopolista, mas se produz como resultante do movimento das classes sociais e suas projeções. Nela, o Estado joga um papel central e específico, dado que lhe cabe assegurar as condições da reprodução social no âmbito da lógica monopólica ao mesmo tempo em que deve legitimar-se para além desta fronteira — donde o potenciamento do seu traço intervencionista e a sua relativa permeabilidade a demandas extramonopolistas incorporadas seletivamente com a tendência a neutralizá-las. Este núcleo elementar de tensões e conflitos aparece organizado na sua modalidade típica de intervenção sobre a “questão social”, conformada nas políticas sociais — intervenção que a fragmenta em problemas autonomizados, mas que se realiza sistemática, contínua e estrategicamente, em respostas que transcendem largamente os limites da coerção sempre presente. Para uma tal intervenção, requerem-se agentes técnicos especializados — novos profissionais, que se inserem em espaços que ampliam e complexificam a divisão social (e técnica) do trabalho. Entre estes novos atores, contam-se os assistentes sociais: a eles se alocam funções executivas na implementação de políticas so-

140. A que concederemos tratamento privilegiado, retomando as implicações desta dupla dinâmica, no Capítulo 2.

ciais setoriais, com o enfrentamento (através de mediações institucional-organizativas) de problemas sociais, numa operação em que se combinam dimensões prático-empíricas e simbólicas, determinadas por uma perspectiva macroscópica que ultrapassa e subordina a intencionalidade das agências a que se vinculam os atores. Profissionais assalariados, os assistentes sociais têm o fundamento do seu exercício hipotecado e legitimado ao/no desempenho daquelas funções executivas, independentemente da (auto-) representação que delas façam. Estruturando-se como categoria profissional a partir de tipos sociais preexistentes à ordem monopólica, originalmente conectados a um compósito referencial ideal incorporado pelo projeto sócio-político conservador (aberto às reformas “dentro da ordem”) próprio à burguesia monopolista, à medida que sua profissionalização se afirma os assistentes sociais tornam-se permeáveis a outros projetos sócio-políticos — especialmente na escala em que estes rebatem nas próprias políticas sociais.